

**CODESP – CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO  
TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO**

**PTDSS – PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL  
SUSTENTAVEL E SOLIDARIO DO TERRITÓRIO  
SERTÃO PRODUTIVO**

**GUANAMBI – BA  
SETEMBRO/2016**

## **FICHA TÉCNICA**

Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário do Território  
Sertão Produtivo/ Guanambi – BA, 2016. P. 60

PTDRSS – Consultoria Técnica –  
SECUT- Secretaria de Cultura do Estado da Bahia –  
Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial – NEDET/ IFbaiano – Instituto  
Federal de educação, Ciência e tecnologia, 2016.

1. Desenvolvimento Territorial. 2. Desenvolvimento Rural. 3. Território Sertão  
Produtivo. 4. Agricultura e Estado. 5. Gestão social.

**Núcleo Diretivo do Conselho de Desenvolvimento do Território Sertão  
Produtivo**

<b>Poder Público</b>	<b>Sociedade Civil</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Reinaldo m. Cotrim – vice coordenador – IF – baiano campus Guanambi</li> <li>✓ Antônio Wilson Lelis Costa – CODEVASF</li> <li>✓ Alzira Stela Boa Sorte – SESAB</li> <li>✓ Anderson publico Azevedo Santana – Consorcio Alto Sertão</li> <li>✓ Jardiel Alarcon Silva – SECULT/BA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Luís Pereira Alves - coordenador – STR – Guanambi.</li> <li>✓ Patrícia Fernandes Pereira – Secretária – STR de Caetité.</li> <li>✓ Cosme Nascimento Pereira- Polo Sindical / FETAG.</li> <li>✓ Suzane Ladeia da Silva – CASA</li> <li>✓ Eleandro Viana da Silva - Divina Providência</li> </ul>

## **Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do IFbaiano - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**

1. Felizarda Bebé
2. Priscila Silva

### **Consultoria técnica**

1. Donizete Moreira Soares

### **Colaboração: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia – SECUT**

1. Jardiel Alarcon

### **Instituições Apoiadoras**

1. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
2. Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia – CET
3. Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Ifbaiano –  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – NEDET.
4. Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR
5. Secretaria de Planejamento da Bahia – SEPLAN
6. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT
7. Secretaria de Saúde de Estado da Bahia – SESAB
8. Secretaria de Cultura da Bahia – SECUT
9. Federação dos trabalhadores na Agricultura – FETAG

## **LISTAS DE SIGLAS**

ADT – Agente de Desenvolvimento Territorial

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CASA – Centro de Agroecologia no Semiárido

CET – Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia

DIRES – Diretoria Regional de Saúde

EFAs – Escolas Famílias Agrícolas

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

UNICAFES – União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia

UNISOL/Bahia Central de Cooperativas e Empreendimento Solidário da Bahia

NRE – Núcleo Regional de Educação

NEDET – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PROINF – Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PPAP – Plano Plurianual Anual Participativo

PTDRSS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

SESAB – Secretaria de Saúde do Estado da Bahia

BAHIATER – Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural

SEC – Secretaria da Educação da Bahia

SEPLAN – Secretaria do Planejamento

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente

SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel Urgência

SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres

SUAF – Superintendência de Agricultura Familiar

SETAF – Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar

IFbaiano – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Composição do Colegiado Territorial Sertão Produtivo no ano de 2016

Quadro 2 Desafios e Potencialidades na Dimensão Socioeconômica ..... 28

Quadro 3 Desafios e Potencialidades na Dimensão Ambiental ..... 30

Quadro 4 Desafios e Potencialidades na Dimensão Sociocultural Educacional ..... 31

Quadro 5 Desafios e Potencialidades na Dimensão Político-Institucional ..... 33

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
CAPÍTULO I – O TERRITÓRIO .....	11
1.1 Histórico do Território .....	12
1.2 Características do Território.....	15
1.3 Dimensões Do Desenvolvimento – Limites e Potencialidades .....	27
1.3.1 Limites e Potencialidades na Dimensão Socioeconômica .....	28
1.3.2 Limites e Potencialidades na Dimensão Ambiental .....	29
1.3.3 Limites e Potencialidades na Dimensão Sociocultural Educacional .....	30
1.3.4 Limites e Potencialidades na Dimensão Político-Institucional.....	32
CAPÍTULO II – MATRIZ DE AÇÕES.....	35
2.1 Breve descrição sobre os Eixos de Desenvolvimento .....	35
2.2 Matrizes de Ações .....	36
2.2.1 Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Sócioprodutiva .....	36
2.2.2 Estrutura Fundiária e Acesso a Terra .....	40
2.2.3 Formação Cidadã e Organização Social .....	41
2.2.4 Infraestrutura e Serviços Públicos .....	44
CAPÍTULO III – GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO .....	48
3.1 Instrumentos Estratégicos para Gestão do Desenvolvimento.....	49
REFERÊNCIAS .....	52
APÊNDICES .....	53

## APRESENTAÇÃO

O presente Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS do Território Sertão Produtivo adotou como importante as diferentes dimensões: econômica, ambiental e social, com o propósito de atender a emergente discussão do desenvolvimento territorial das políticas públicas, priorizando os aspectos que dizem respeito à inclusão socioprodutiva, estrutura fundiária, acesso à terra, formação cidadã, organização social, infraestrutura e serviços públicos.

Neste plano, o território é compreendido a partir das analogias construídas nele, numa perspectiva de análise que tem como foco a abordagem territorial sob o prisma do desenvolvimento rural no Brasil, que ganha maior força a partir da década de 1990, especialmente no Nordeste.

Em sua construção são adotadas as discussões, e concepções de desenvolvimento, que superam o debate com centralidade restrita aos aspectos econômicos e políticos. A proposta é abordar o desenvolvimento a partir de uma visão multidimensional capaz de integrar a preocupação com os aspectos sociais, econômicos e ambientais presentes no Território Sertão Produtivo.

Frente ao desafio de dialogar dentro da dimensão e diversidade que caracterizam o território Sertão produtivo, a proposta apresentada é o resultado do empreendimento coletivo desenvolvido num grupo bastante diverso, composto por representantes da sociedade civil e do poder público dos 20 municípios (*vinte*), que compõem o Território, conforme pode ser vistos (*nas características*) parte deste trabalho. A participação foi o pilar fundamental que norteou a construção e reconstrução do presente trabalho.

Para isso, foi de fundamental importância o papel do Colegiado do território, como um núcleo de articulação, discussão e sistematização das prioridades locais entre as esferas de poder público e civil. Este núcleo foi constituído em 08 (*oito*) de abril de 2006 (*dois mil seis*), composto por 10 (*dez*) representantes, sendo 05 (*cinco*) da Sociedade Civil e 05 (*cinco*) do Poder Público da esfera Municipal, Estadual e Federal, respeitando a diversidade de representações dos segmentos sociais.

Atualmente, o Colegiado do Território Sertão Produtivo é composto por: Plenária composta por 70 entidades sendo 35 do poder público e 35 da sociedade civil organizada. Núcleo



Gestor: é composto por 10 entidades, 5 do poder público e 5 da sociedade civil. Núcleo Executivo: é formado pela coordenação, a vice coordenação e a secretária sendo 2/3 de entidades da sociedade civil. Câmaras temáticas, já consolidadas: de mulheres, juventude, inclusão produtiva, cultura, Educação do Campo e de povos e comunidades tradicionais todas compostas por seis membros. Núcleo/Câmara Técnica: é uma instância criada e convocada pelo colegiado para apoiar em assuntos específicos de demandas técnicas.

As câmaras são definidas a partir de temas relevantes para o desenvolvimento territorial, e as mesmas têm como objetivo auxiliar o colegiado a discutir e elaborar propostas norteadoras para o debate de temas específicos ou abrangentes do processo de desenvolvimento. Geralmente estas matérias possuem caráter permanente (Exemplos: saúde, educação, turismo, agricultura, juventude, gênero, demarcação de terras indígenas e quilombolas, ATER mulheres, regularização fundiária e etc.).

Na confecção deste plano dar-se algumas fases determinantes, assim discriminadas: Na primeira etapa, a equipe do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET e o Núcleo Diretivo do Colegiado Territorial realizaram visitas aos diferentes municípios com o objetivo de melhor conhecer identidades e realidades presentes no território. Os resultados desta presença foram registrados em atas, gravações, anotações, relatórios e registros fotográficos.

Na segunda etapa, foram criados espaços de discussões nos municípios/polos do Território (Caetité e Guanambi), ou seja, ambientes de diálogos realizados com a plenária do colegiado. Desta forma, foi efetivada a pauta da construção do PTDRSS por todas as representações. As discussões foram filtradas, analisadas e sistematizadas obedecendo a lógica criteriosa da constatação. Assim, os representantes dos diversos segmentos do poder público e da sociedade civil puderam apresentar aspectos e informações relevantes, referentes a demandas, potencialidades e limitações de cada município. Foi realizado um criterioso levantamento de documentos, estudos e pesquisas a respeito do território, dentre os quais se destacam: o Estudo das Potencialidades Econômicas, o Plano Plurianual Participativo, estudos monográficos, relatórios, dissertações e diagnósticos municipais. Levantamentos, considerações e resultados foram trabalhados numa perspectiva de coletividade, respeitando as diferenças e anseios, observando as relações endógenas e as relações local-global e global-local.

A realização de oficinas para a construção do PTDRSS marcou a terceira e última fase da elaboração e aprovação da presente versão do documento, com plenárias bem participadas nos espaços físicos dos (STR), conforme se verifica por meio de registros fotográficos, no apêndice.

A metodologia empregada consistiu em exposição participada, debate, consulta e análise de documentos, grupos de discussões, reuniões das câmaras temáticas e apresentação dos resultados e demandas das mesmas na plenária, seguida da análise e avaliação de todos. Houve um significativo processo de acompanhamento e participação das diferentes representações do colegiado, apoio das Secretarias de Planejamento e Desenvolvimento Rural da Bahia. Ao final de cada oficina membros do colegiado receberam os documentos via e-mail com o objetivo de fazer alterações e/ou sugestões que posteriormente eram analisadas pela plenária. A proposta deteve-se na construção participativa, e em pensar o território em suas diferentes dimensões orientou a construção do presente PTDRSS, conforme previsto na essência da política territorial.

O presente documento se encontra organizado em três capítulos: O primeiro apresenta um panorama geral do Território, aborda aspectos históricos, caracterizações relevantes, define os traços físicos, culturais, econômicos e sociais. Também mostra as dimensões do desenvolvimento em que os limites e potencialidades do território são identificados.

O segundo capítulo compreende aspectos relacionados aos eixos de desenvolvimento (Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva; Estrutura Fundiária e Acesso a Terra; Formação Cidadã e Organização Social; Infraestrutura e Serviços Públicos). Neste Capítulo encontra-se a parte central do Plano Territorial, pois trata dos elementos de planejamento pensados de baixo para cima por meio da participação social.

O referido capítulo apresenta uma matriz que vincula eixos do desenvolvimento territorial sustentável aos respectivos objetivos, estratégias e metas. A partir dessa matriz serão construídos Planos de Ações Territoriais para melhor detalhamento dos aspectos operacionais.

Por fim, no capítulo três consta uma descrição dos caminhos e parcerias, e ainda dos instrumentos e estratégias para a gestão do desenvolvimento no Território Sertão Produtivo.

O PTDRSS do Sertão Produtivo trata o planejamento em caráter macro, com propostas previstas para os próximos oito (08) anos, pensadas para os municípios do território, ações

que contemplam os diversos eixos do desenvolvimento e envolvem as diferentes esferas do poder público e da sociedade civil. Foi também elaborado um quadro compatibilizando os objetivos da matriz com os temas estratégico do PPA, o mesmo encontra-se no apêndice do presente documento. 10

Vencidas as fases apresentadas, concluiu-se a elaboração deste documento com o propósito de promover a mobilização para cumprir com eficiência, ética e transparência os compromissos contidos no Plano. No propósito de melhor delinear os caminhos para alcançar as metas apresentadas, o Colegiado em parceria com Instituições públicas e civis e o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET, já iniciou as discussões sobre a construção dos planos de ações territoriais com o objetivo de estabelecer um vínculo objetivo entre o planejamento estratégico e o planejamento operacional.

# CAPÍTULO I

## **CAPÍTULO 1 - O TERRITÓRIO**

### ***1.1 Histórico do Território***

A região que abrange o atual Território de Identidade Sertão Produtivo começou o seu processo de concepção social, político-administrativa e cultural entre os séculos XVII e XVIII. Naquele momento iniciava-se a atuação econômica dos seus municípios e todo Alto Sertão da Bahia. Consequentemente, a sua ocupação aconteceu através da distribuição e posse de terras do Sistema Sesmarias, ou seja, na mesma lógica das Capitanias Hereditárias do século XVI. Assim, Antonio Guedes de Brito tornou-se um dos maiores latifundiários da região. Este mesmo apossou-se de uma extensão de terras que compreendia o norte da Bahia até grande parte do norte de Minas Gerais. A produção econômica e cultural dessas terras baseava-se em fazendas para a criação de gado de Antonio Guedes. Daí se entende a ocupação e posse das terras ociosas desde o médio São Francisco à Serra Geral. (PDTs 2010).

Anterior a esse processo de ocupação e produção a região era ocupada por índios “tapuias ou gês da tribo dos aimorés” e “tamoios”. Os tapuias são considerados os mais antigos e mais primitivos indígenas do Brasil.

Na segunda metade do século XIX, remanescentes de botocudos, pataxós, mongóis, imborés, camacãs, maracás e ferradas, foram aldeados na região durante a segunda metade do século XIX. Posteriormente deslocaram-se para o litoral ou foram assimilados e aculturados. Contudo no Alto Sertão da Serra Geral não havia índios aldeados. Respondendo ofício circular do Presidente da Província, em 1848, Joaquim de Azevedo Monteiro, Juiz Municipal e de Órfãos, informou “não haver terras neste Termo (de Caetitê), concedidas para aldeamento de Índios”. Os primitivos habitantes foram absorvidos como mão de obra na agropecuária e perderam sua identidade étnico-cultural.

Consequentemente, o Alto Sertão Baiano foi povoado pelas fazendas de gado no vale do Rio São Francisco e a exploração de ouro e diamantes nas terras do Sertão Produtivo. Essas duas atividades impulsionaram o processo de colonização na medida em que novos espaços eram tomados com a criação de rebanho e exploração de ouro.

Logo os primeiros habitantes do sertão foram fazendeiros, administradores de fazendas, vaqueiros, livres e escravos. A mineração das serras da Tromba e das Almas trouxe pessoas

de várias origens, que se instalaram precariamente nos arredores dos garimpos, criando assim os primeiros núcleos populacionais.

Quanto aos primeiros povoados, destacamos Jacobina situada ao norte da Bahia, em 1720, e Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas no ano de 1724. A partir da segunda metade do século XVIII surgiram novos municípios, em decorrência do crescimento demográfico. Em 1746, Jacobina desmembrou Santo Antonio do Urubu de Cima (atual Paratinga), do qual emancipou Macaúbas em 1832. Deste município emancipou Palmas de Monte Alto, em 1840, que por sua vez desmembrou entre outros Guanambi em 1919.

Minas do Rio de Contas desmembrou-se pela segunda vez em 1810 com a criação da Vila Nova do Príncipe e Santa Ana do Caetité. Este, no decorrer do século XIX, segmentou-se várias vezes, originando: Imperial Vila da Vitória (Vitória da Conquista), em 1840; Santo Antonio da Barra (Condeúba), 1860; Bom Jesus dos Meiras (Brumado), em 1877; Boa Viagem e Almas (Jacaraci), 1880; Vila Bela da Umburana (distrito de Quirapá), 1889.

Durante o século XX o Município de Caetité e os demais municípios emancipados desmembraram em vários outros, a exemplo de Caculé, Ibiassucê, e Rio do Antônio. Tais desmembramentos formaram os atuais municípios do Sertão Produtivo. A autoridade histórica do Município de Caetité está relacionada à sua posição geográfica, uma vez localizada a aproximadamente 900 m de altitude nas encostas de serras e banhado por riachos. Tornou-se assim um próspero ponto de pouso de pecuaristas e mineradores que trafegavam pela região. Aliado a esses aspectos, a terra fértil foi propícia a agricultura policultora.

A cidade de Caetité foi por muito tempo, o centro político, econômico e cultural dessa região. No Alto Sertão, desafiando o isolamento do restante do país e as dificuldades do meio agreste, constituíram-se os caminhos do sertão de difícil acesso. Entre secas devastadoras e carência de recursos para a sobrevivência, o esvaziamento populacional parecia inevitável. Contudo, aqueles que dispunham de algum recurso que fosse suficiente para a produção dos meios de vida, criaram verdadeiros nichos civilizatórios, onde mantinham acesa uma sociedade informada quanto aos distantes acontecimentos do país e deles tomarem partido.

Desse modo, o território teve como característica, a desigualdade nos aspectos econômicos, político, cultural e social, uma vez que desde sua origem congregado a essas “ilhas de civilidade”, havia uma parte majoritária da população formada de analfabetos e sertanejos

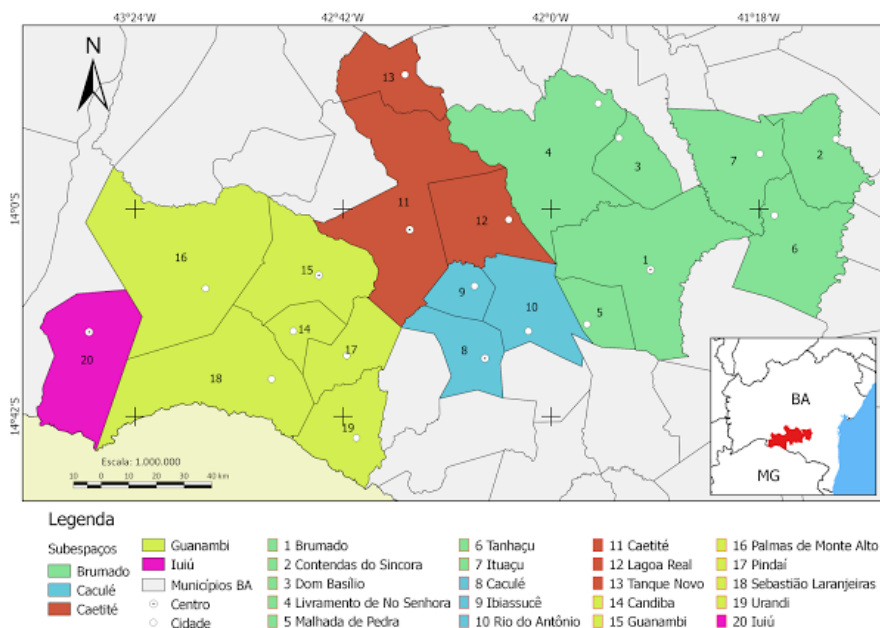
desprovidos de recursos e castigados pelas estiagens. As chuvas escassas e irregulares fizeram do sertanejo um migrante fugitivo do flagelo da seca. A perda da plantação e do rebanho, além da ausência de perspectivas, fez surgir um tipo característico dessa região – o “sampauleiro”, que pode ser definido como aquele indivíduo que deixava o local de origem para procurar, em terras de São Paulo, melhores condições de trabalho e de sobrevivência. Esse ser social caracterizava-se pelo constante ir e vir, tornando-se um elo entre o Centro-Sul e as comunidades sertanejas. O “sampauleiro” era também um desbravador e, de certo modo, um modernizador da comunidade do alto sertão.

Atualmente o “sampauleiro” denomina-se trabalhadores do corte de cana-de-açúcar que sazonalmente migram para os estados de São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais em busca de trabalho, ainda que duro e às vezes desumano. Expondo-se a essa necessidade Jovens moradores da Zona Rural e Urbana, bem como adultos do sexo masculino de quase todos os municípios do Território Sertão Produtivo, deixam sua terra natal em busca da sobrevivência.

Compreende-se que as peculiaridades e decorrências socioeconômicas e culturais desse movimento migratório precisam ser analisadas no seu conjunto com maior atenção. Pois, o esvaziamento do campo ainda é bastante frequente, mesmo com a melhoria das condições com infraestrutura implementadas na zona agreste dos municípios, através de programas sociais de (eletrificação, encanamento de água, incentivo agrícola, dentre outros). Imagina-se que certos aspectos culturais são complacentes dessa dinâmica herdada e pouco esclarecida. Todavia, superar velhos vícios nocivos é preciso. Já que a região ainda mantém uma descrição típica do método de colonização delineado anteriormente e as condições socioambientais permanecem como uma característica regional.

No que tange os indicadores socioeconômicos, estes evidenciam uma região cuja população não alcançou um nível de escolaridade equivalente às suas expectativas, dificultando assim um rendimento salarial suficiente às suas necessidades. Tudo isso agravado pelas mesmas condições climáticas de outrora: as secas prolongadas somadas a falta de empenho nas políticas públicas: educação de qualidade, linha de crédito específica e facilitada e com assistência técnica efetiva.

## MAPA - Municípios do Território Sertão Produtivo - 2016



### 1.2 CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO

O Território Sertão Produtivo é formado por vinte municípios, sendo eles: Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Tanque Novo e Urandi. O território tem um PIB anual de (milhões), R\$ 3.449.618,00 (IBGE 2014).

Para os antigos viajantes era conhecido como Alto Sertão baiano, extensão de caatinga que ia de Vitória da Conquista ao Rio São Francisco, da Chapada Diamantina até as fronteiras de Minas Gerais. Terra de famílias aristocráticas, aventureiros, ciganos, índios, garimpeiros, escravos e inconfidentes em fuga do estado vizinho. Distante do tempo das sinhás e dos coronéis, essa região, o Território Sertão Produtivo, situa-se no mapa econômico da Bahia como a zona de maior concentração de minérios do Estado, a exemplo da exploração de urânio, ferro, magnésio, manganês e talco e energia limpa, (eólica e solar). O Território de Identidade é reconhecido pelo seu potencial em produção de minérios, sobretudo nos municípios de Brumado e Caetité. O TI faz parte do cinturão geológico do Espinhaço, no qual a existência de minerais é recorrente, viabilizando a operação de indústrias que dinamizam a atividade econômica do Sertão Produtivo: minério de ferro (Caetité – Bahia Mineração Ltda.);



magnesita (Brumado – Magnesita S/A); cromita (Brumado – Magnesita S/A); urânio (Caetité – Indústrias Nucleares do Brasil (INB)) e o Complexo Eólico do Alto Sertão I e II o primeiro possui 14 parques nos municípios de Caetité, Igaporã e Guanambi, com 184 aerogeradores e capacidade de produção de 294,4 megawatts. O complexo Alto Sertão II tem uma capacidade de geração de 386,1 megawatts, a partir de 15 parques eólicos nos quatro municípios, numa área de 150 quilômetros de extensão com 230 aerogeradores. Em 2016 a empresa Renova Energia deu início à construção de um parque de geração elétrica a partir da luz solar em Caetité; com uma capacidade estimada de 4,8 MW, o parque se compõe de 19.200 painéis fotovoltaicos, estará ligado ao parque eólico desta empresa situado na cidade de Igaporã, com oito torres<sup>1</sup>.

O Território se enquadra entre as coordenadas geográficas 40°52'/43°40' de Longitude Oeste e 13°40'/15°00' de Latitude Sul, limitando-se ao norte com a região da Chapada Diamantina, ao leste com a região Sudoeste, ao sul com a região da Serra Geral e com o Estado de Minas Gerais e a oeste com a região do Médio São Francisco atingindo uma área de 24.273,80 Km².

Quanto ao clima, o Território Sertão Produtivo é seco, subúmido e semiárido, com chuvas que se estendem entre os meses de novembro a janeiro. A pluviosidade anual tem os subsequentes indicadores: média 772 mm, máxima 1.243mm e mínima 356 mm. A temperatura média anual atinge 24,0 °C, alcançando máxima de 45,0°C e mínima de 16,1 °C.

A região territorial situa-se dentro da Serra Geral que é composta por rochas vulcânicas básicas (basaltos) e intermediárias (riodacitos) apresentando intercalações de arenitos finos, as pesquisas mineralógicas concluíram pela existência de extensa jazida ferrífera, cuja exploração econômica veio a dar-se a partir de 2007. Além do ferro, a região produz mármore, granitos diversos, pedra-giz (Brumado), ametistas e urânio, sendo a mina situada em Caetité a principal na produção deste mineral, no Brasil. Configura-se como elemento de ligação entre a Chapada Diamantina e a Serra do Espinhaço, o que dá as três a provável origem orográfica comum, formando uma mesma cordilheira na origem remota.

As principais cidades localizadas na Serra Geral são Guanambi e Brumado. Além destas, tem-se: Caetité, Caculé, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ibiassucê, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras e Palmas de Monte Alto. Seus

---

<sup>1</sup> Institucional "Renova Energia". (fevereiro de 2016). "Somando Energias". *Jornal Circulador (órgão oficial da empresa)* ano VI (nº 28): pp. 4-5. Caetité: Gráfica Grash.

municípios, na quase totalidade emancipados do território original da Vila Nova do Príncipe e Santana do Caetité, perfazem uma extensão territorial 32.354,6 km<sup>2</sup>, ou seja, 5,7% do território baiano.

A região faz parte da área de abrangência do Semiárido e se enquadra totalmente na Região Semiárida. A predominância é do clima semiárido, sendo que na porção central a tipologia subúmido a seco é identificada. Na porção leste de Urandi e norte de Ituaçu, o clima úmido a subúmido ocorre de forma localizada, com influência da Serra do Espinhaço e da Chapada Diamantina, respectivamente, e da vegetação predominante (fitoclima). Observa-se uma área de transição desse trecho mais úmido para o semiárido, com clima subúmido a seco ocorrendo também em Ituaçu e Contendas do Sincorá.

### ***1.2.1 Pluviometria***

Onde o clima semiárido incide não ultrapassa os 500 mm de chuva, e a temperatura pode variar de 18°C a 28°C, aproximadamente. Dentre os municípios com essas características estão Brumado, Dom Basílio, Guanambi e Rio do Antônio. Não há excedente hídrico, e as chuvas ocorrem na primavera/verão.

Na faixa de clima subúmido a seco, as chuvas acontecem no outono/inverno e primavera/verão. A pluviometria fica em torno de 700 mm, e a média de temperatura anual é de aproximadamente 23°C. Caculé, Ibiassucê, Lagoa Real e Palmas de Monte Alto estão inseridos nessa faixa.

As bacias hidrográficas do Rio São Francisco, a oeste, e do Rio de Contas, a leste, fazem parte do TI. São importantes bacias do estado e, em relação aos principais rios, apenas o Rio de Contas corta o território de identidade, limitando Ituaçu e Brumado e atravessando Tanhaçu. Na porção da Bacia do São Francisco talham o TI tributários como o Rio da Sambaíba e o Rio Verde Pequeno, que faz a divisa com Minas Gerais.

A quantidade de espelhos d'água no território é bastante significativa. O sertão produtivo é contemplado com a Barragem de Ceraíma no Município de Guanambi, com capacidade em volume de água de 58 milhões de m<sup>3</sup> e Poço Mago com 47 mil m<sup>3</sup>. Barragem de Cova da Mandioca no Município de Urandi com Volume 102 mil m<sup>3</sup> e Barragem do estreito 92.865 mil m<sup>3</sup> e o Açude de Brumado com 105.000.000 m<sup>3</sup>. (CODEFASF e DNOCS).

Predominam Latossolos Vermelho-Amarelos, com ocorrência também de Argissolos, Cambissolos, Neossolos e Planossolos. Os Cambissolos Háplicos aparecem espalhados na porção central, mas bastante concentrados na porção oeste do TI, especialmente em Iuiu. Melhores aptidões para os Argissolos Vermelho-Amarelos, Cambissolos Háplicos e Latossolos Vermelhos na implantação de lavouras e para os Latossolos Vermelho-Amarelos de boa fertilidade, com adubação e correção, que estão situados nos municípios de Caculé, Candiba, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras Tanque Novo e Urandi (BRASIL, 1981, 1982) (BAHIA, 2013a).

A Caatinga Arbórea é predominante no território de identidade, com ocorrência de muitas áreas de contato com outros biomas. Na porção leste, há Contato Cerrado/Caatinga Arbórea/Floresta Estacional, e Cerrado Arbóreo, em Caetité. O Cerrado Arbóreo com Floresta de Galeria e Cerrado Parque aparecem em Ituaçu e Contendas do Sincorá. Outras ocorrências são Áreas de Refúgio Ecológico (Brumado, Ituaçu e Dom Basílio), Contato Caatinga Arbórea/Floresta Estacional (entre Urandi e Palmas de Monte Alto) e predomínio de Floresta Estacional, Cerrado e Contato Caatinga/Floresta Estacional na porção oeste.

Quanto às áreas antropizadas, a agropecuária está presente em todo o TI, ao tempo que a pecuária é mais intensa em Iuiu (as extensões mais preservadas estão em Contendas do Sincorá e Ituaçu). Há pastagem associada a culturas temporárias em Urandi, Pindaí, Candiba, Palmas de Monte Alto e Caetité. Também há pastagem associada a policulturas em Caculé, Sebastião Laranjeiras, Ibiassucê e Guanambi (BRASIL, 1981, 1982, 2007); (BAHIA, 2013a).

A altimetria varia aproximadamente de 400 m a 2.000 m. As áreas mais baixas compõem a Depressão de Guanambi, a Depressão do Médio São Francisco, na porção oeste, e a Depressão Sertaneja, que abarca a Bacia do Rio de Contas, todas com presença de lagoas temporárias. As Serras Alinhadas e a Superfície Cimeira do Espinhaço, a Superfície Dissecada de Barra da Estiva e as Serras da Nascente do Rio de Contas apresentam as maiores altimetrias, com o clima influenciando também para a formação de campos rupestres (refúgio ecológico montano) (BRASIL, 1981, 1982) (BAHIA, 2013a).

As principais ocorrências minerais em quantidade de registro são talco em Brumado, Caculé, Dom Basílio, Ibiassucê, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu, urânio em Caetité e Lagoa Real, e magnesita, em Brumado, Lagoa

Real, Livramento de Nossa Senhora e Rio do Antônio. Os outros minerais presentes no TI são manganês, ametista, vermiculita, calcário, ouro, quartzo hialino, bário, flúor, estanho, ferro, amianto, mármore, cobre, cálcio, chumbo, turmalina, cianita, granada, dentre outros.

O TI apresenta um universo de mais de 50 registros de cavernas, concentradas em Caetité, Contendas do Sincorá, Ituaçu, Iuiu e Pindaí. Mais da metade são cavidades encontradas em virtude da atividade de exploração mineral. A turística, como a Gruta da Mangabeira, em Ituaçu, importante local de romarias, tem litologia de calcário em sua maioria.

Existem duas Unidades de Conservação: Floresta Nacional Contendas do Sincorá, federal, no município de mesmo nome e pequena parte em Tanhaçu, de uso sustentável e com 11.034 ha, e o Parque e Refúgio da Vida Silvestre Serra dos Montes Altos, estadual, que abrange os municípios de Candiba, Guanambi, Palmas de Monte Alto, Sebastião Laranjeiras e Urandi, de proteção integral, com total de 45.990 ha (BAHIA, 2013a). O único Projeto de Assentamento de Reforma Agrária é o Paus Pretos, em Sebastião Laranjeiras, com 2.300 ha e capacidade para 60 famílias. Além dele, existem três projetos de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, totalizando 3.136 ha e atendendo a 130 famílias.

Em relação à irrigação, há o Projeto Brumado, que se localiza em Livramento de Nossa Senhora e tem área irrigável de 4.295 ha, tendo como fonte hídrica o Açude Brumado e sendo gerido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Além desses, existem também os projetos do Estreito no município Urandi e Ceraíma no município de Guanambi. Todavia, esses dois últimos estão desativados por sérios problemas de ordem estrutural e geológica (CODEFASF).

De acordo com o Censo Demográfico 2010, a população do Território de Identidade Sertão Produtivo era de 444.666 habitantes naquele ano, sendo 222.350 do sexo masculino e 222.316 o sexo feminino, o que representava uma proporção quase igualitária entre os gêneros – aproximadamente 50,0% na distribuição populacional. Em relação ao estrato de moradia, do total de habitantes do território de identidade, 54,7% residiam no meio urbano, e 45,3%, no meio rural, perfazendo um grau de urbanização inferior à média do estado, que era de 72,1% em 2010. Isso evidencia um perfil pouco urbanizado dos municípios do Sertão Produtivo.

O PIB do Território Sertão Produtivo no que referente-se ao comércio e serviços chegaram a uma média de 70,6% em 2012. Entretanto, a contribuição do setor terciário não é uniforme

na composição individual do valor agregado bruto – VAB por município. Guanambi (82,2%) e Caculé (81,9%) têm uma representação maciça do setor de comércio e serviços em seu produto bruto. Entretanto, municípios como Dom Basílio (58,0%) e Brumado (55,5%) exibem uma participação do comércio e serviços em torno de 50,0%.

Exceto nos municípios de Brumado (42,4%), Urandi (27,9%) e Caetité (20,4%), a indústria no território de identidade é incipiente. Por sua vez, a agropecuária tem um peso significativo na atividade econômica em boa parte dos municípios. Entretanto, a produção do setor primário foi fortemente afetada pelo longo período de estiagem entre 2011 e 2012. Dom Basílio e Iuiú tinham em 2011, respectivamente, 37,9% e 40,8% de participação da agricultura no VAB municipal, com destaque na plantação de cana-de-açúcar, fruticultura de manga e maracujá, e na criação de bovinos e galináceos, enquanto que em 2012 essa participação caiu para 31,6% e 19,9%.

O mapa rodoviário do território de identidade tem a BR-030, a BR-430 e a BA-262 como principais rodovias. A BR-030, ainda em fase de implantação em alguns trechos, liga Brasília (DF) à Costa do Dendê na Bahia (Maraú), cruzando os municípios de Brumado, Caetité e Guanambi. Ela conecta o território de identidade à BR-116, principal rodovia federal, interligando o Sertão Produtivo às regiões Nordeste, Sudeste e Sul do país. Com uma extensão de 408,3 km, a BR-430 liga o município de Caetité à cidade de Barreiras, no oeste do estado da Bahia, conectando o Sertão Produtivo à produção de grãos do extremo oeste baiano. Por sua vez, a BA-262 liga o território de identidade ao município de Vitória da Conquista, importante entreposto comercial e industrial do sudoeste baiano. Os demais municípios são ligados às vias principais por ramais estaduais (BA-026; BA-617; BA-940; BA-148).

Embora com diversos atrasos nas obras o projeto de implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL/EF-334) pretende aumentar a oferta de serviços ferroviários no Sertão Produtivo, bem como a dinâmica econômica da região. O cruzamento da FIOL com a FCA (Ferrovia Centro Atlântica) no município de Brumado criará uma ligação entre o Território de Identidade e o eixo oeste e leste da Bahia, e com o estado de Tocantins, alcançando também a Região Norte.

Os municípios do Território Sertão Produtivo na sua maioria apresentam características similares. O destaque fica para Brumado, Caetité e Guanambi, os demais consistem numa parcela considerável da população ocupada em atividades de produção voltada para próprio consumo, ou seja, pequenas unidades produtivas, diferentemente do verificado no estado da Bahia.

### ***1.2.2 Economia***

Numa análise econômica do Território de Identidade, percebe-se uma maior participação no que se refere aos valores agregados bruto (VAB), dos setores; comércio e serviços, indústria e agropecuária. O produto interno bruto (PIB) do TI no ano de 2011 foi de 3,1 bilhões, representando 1,9% do PIB do Estado.

Brumado e Guanambi registraram juntos 45,5% do PIB do território. O Município de Livramento de Nossa Senhora se destacou na produção agrícola, com aproximadamente 20,0% do valor adicionado gerado pelo território, com ênfase na produção de manga e maracujá. Os maiores municípios em termos de PIB são Brumado (R\$ 789 milhões), Guanambi (R\$ 698 milhões), Caetité (R\$ 333 milhões) e Livramento de Nossa Senhora (R\$ 262 milhões). Os menores em relação ao PIB são Contendas do Sincorá (R\$ 23 milhões), Malhada das Pedras (R\$ 38 milhões) e Sebastião Laranjeiras (R\$ 53 milhões). Estes últimos têm elevada participação da administração pública na composição do PIB: 45,7%, 45,9% e 44,1%, respectivamente. Isso demonstra a dependência dos municípios de menor dinamismo econômico dos serviços públicos e das transferências de fundos municipais, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Em termos de corrente de comércio por vias externas, de 2002 a 2012, as exportações superaram expressivamente as importações no Sertão Produtivo. O município de Livramento de Nossa Senhora se destacou no território de identidade, sendo o maior exportador de frutas (manga e maracujá).

A agricultura do TI Sertão Produtivo, no ano de 2012, apresentou lavouras permanentes que se destacaram em relação ao estado: goiaba (20,6%), limão (7,3%), manga (25,9%) e maracujá (38,9%). O Município de Livramento de Nossa Senhora teve uma importante participação na produção das lavouras permanentes do território, com 49,2% em manga e

58,9% em maracujá. Por sua vez, Tanhaçu foi destaque no TI pela produção de goiaba (87,9%) e limão (74,2%).

A lavoura temporária do território, segundo dados de 2012, era composta principalmente por alho (10,0%), girassol (100,0%), melancia (10,4%) e sorgo (17,8%). Os municípios que mais se sobressaíram na totalidade das culturas temporárias foram Pindaí (82,8% em alho, 100,0% em girassol), Tanhaçu (55,4% em melancia) e Iuiu (28,4% em sorgo).

No que concerne à pecuária do TI no ano de 2012, os principais efetivos de rebanhos, com as respectivas participações no estado, foram suínos (9,5%), equinos (7,5%), caprinos (6,5%) e muares (5,4%). Os municípios que apresentaram relevâncias dessas criações de forma relativa ao território de identidade foram Tanhaçu (equinos 13,7%, muares 15,6% e caprinos 27,2%), Brumado (12,2% suínos e 20,8% caprinos) e Ituaçu (caprinos 10,9% e muares 24,4%).

No que diz respeito ao número de estabelecimentos por setores da economia, no setor da agropecuária os municípios com maiores participações no TI são Brumado (13,5%), Guanambi (17,9%) e Livramento de Nossa Senhora (20,9%). Os demais exibiram contribuição abaixo de 8,0% neste setor.

Para comércio e serviços, com base nos dados da RAIS (BRASIL, 2013d), Guanambi tem maior representação do setor no TI por concentrar 30,8% dos estabelecimentos de serviços e 29,6% do comércio. O segundo município mais representativo é Brumado, com respectivos 25,8% e 20,8% de participação.

No setor industrial destacam-se estabelecimentos na construção civil, na indústria de transformação e na extrativa mineral. Guanambi domina essas atividades em relação aos demais municípios do TI, tendo participação de 51,5% na construção civil e 35,2% na indústria de transformação. Sendo que, Brumado detém 40,9% na extrativa mineral. Este último subsetor da indústria é o de menor concentração no território de identidade.

O Índice de Dinâmica Econômica Municipal (IDEM), calculado pela SEI, representa uma mensuração de tendência da atividade econômica dos municípios baianos. Com base nos dados, entre os anos de 2009 a 2011, as maiores taxas de crescimento médio foram em Iuiu (20,7%), Dom Basílio (19,5%), Caetité e Palmas do Monte Alto (14,1%) e Caculé (12,9%). As menores taxas de crescimento do IDEM foram em Lagoa Real (2,0%), Ibiassucê (3,4%) e Contendas do Sincorá (4,5%). Muitos desses municípios tiveram seu crescimento afetado por

fatores climáticos, decorrentes da estiagem, que reduziu a produção agropecuária, repercutindo no setor de comércio e serviços.

### ***1.2.3 A população***

A população do TI Sertão Produtivo é de 460.94 habitantes, esse número representa 3,7% da população total do estado da Bahia segundo (DATASUS 2015)<sup>2</sup>. Todavia, essa população como a do País em geral vem apresentando variações bastante expressivas. Na relação distribuição por faixa etária apresenta uma queda na fecundidade da população do território. Isso repercute no processo de envelhecimento das pessoas do TI Sertão Produtivo.

No quesito urbano e rural, o TI Sertão Produtivo apresenta uma população em domicílio urbano de 250,620, sendo desse total, 121,20 homens e 129,30 mulheres. Já os que vivem na zona rural são representados por 210,174, desses, 109,206 são homens e 100,98 mulheres de acordo com o censo (IBGE 2010)<sup>3</sup>. Boa parte dos 20 municípios têm pequenas taxas de urbanização, ou seja, população predominantemente vivendo no extrato rural. Em contrapartida, Guanambi tem uma taxa de urbanização superior à média estadual 79,4%. Em seguida vem Brumado como município de maior índice de urbanização. Esses dois últimos fazem a diferença, tornando o território mais urbano que rural. Todavia, o Território Sertão Produtivo não se caracteriza como Território de Cidadania, mas sim Território de Identidade, pois 90% dos seus municípios tem a sua população no meio rural, ou tira sua subsistência econômica do campo.

### ***1.2.4 Educação***

Nos últimos anos a educação do Território Identidade progrediu significativamente em comparação com o estado da Bahia. Nos anos de 2000 a taxa de analfabetismo da Bahia era 22,1%, Sertão Produtivo 28,2%. No ano 2010, o Estado caiu para 16,3% e o TI para 20,7%. Simultaneamente, permanecendo mais alta a do território de identidade. Em contrapartida, a queda do índice do Sertão Produtivo foi maior, alcançando 7,4%, enquanto que a Bahia apresentou uma redução de 5,8% neste período de 10 anos.

A taxa de frequência escolar bruta para três estratos de idade apresentou, em 2010, comportamento semelhante no território de identidade em comparação com o estado da Bahia.

---

<sup>2</sup> DATASUS (Departamento de Informática do SUS).

<sup>3</sup> IBGE 2010 (nota: percentual da população urbana em relação à população rural).



Considerando os matriculados de 4 e 5 anos, o Território de Identidade Sertão Produtivo tinha 80,0% de frequência, taxa menor frente à apresentada pela Bahia (84,0%). Em compensação, o estado exibia menor percentual de frequência em comparação com o território de identidade para os estratos de 6 a 14 anos: Bahia, 96,9%; Sertão Produtivo, 97,7%. Para os matriculados de 15 a 17 anos, a taxa de frequência foi igual para a Bahia e para o Sertão Produtivo: 83,7%.

### **1.2.5 Habitação**

Para a análise das condições de habitação do Território de Identidade Sertão Produtivo (ano base 2010) <sup>4</sup>, foram selecionados três indicadores: abastecimento de água, coleta de lixo adequada, esgotamento sanitário apropriado.

O abastecimento de água no TI apresentava, em 2010, uma taxa de atendimento de 67,3%, inferior ao percentual verificado no estado da Bahia (80,0%). De igual forma, a coleta de lixo e o esgotamento sanitário estavam presentes em 76,2% e 56,2% das residências do estado, enquanto que essa proporção caía para 57,9% e 34,1%, respectivamente, no Território de Identidade. Isso mostra as condições incipientes de moradia no Sertão Produtivo em comparação com a média estadual.

Analisando-se o abastecimento via água encanada o Território de Identidade apresentava, em 2010, 108.214 residências com esse recurso, 18.127 não canalizadas, mas atendida com outros sistemas. A proporção de moradias contempladas pelo serviço no estado da Bahia era de 88,8%, superior à média do território de identidade, que era de 67,3%.

Por sua vez, o serviço de coleta de lixo mostrou a menor proporção de residências atendidas a média do território de identidade era de 57,9% em 2010. Para ter-se uma ideia Lagoa Real tinham apenas 21,5% das residências com o serviço de coleta de lixo regular. Guanambi exibiu a melhor oferta do mesmo serviço: 79,3% das residências do município tinham coleta de lixo regular. Além deste, Brumado oferecia serviço de coleta de lixo para 73,9% de suas moradias, índice superior à média do território, porém inferior à verificada na Bahia, portanto o TI ainda estava a quem deste serviço.

O esgotamento sanitário adequado (rede geral de esgoto ou pluvial e fossa séptica) estava presente em 34,1% das residências do Território de Identidade Sertão Produtivo. A maior

---

<sup>4</sup> (Não há dados oficiais referentes aos dois últimos anos)

proporção estava no município de Brumado: 69,0% das residências eram atendidas por rede de esgotamento sanitário adequado. Em contrapartida, Dom Basílio tinha apenas 0,5% de suas moradias com o serviço oferecido de forma adequada.

Através da análise das variáveis habitacionais é possível verificar que a situação das residências do Território de Identidade Sertão Produtivo encontra-se em estágio inferior ao do estado da Bahia.

Numa análise geral comparando os anos de 1991, 2000 e 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresentou um avanço em todo o Território de Identidade Sertão Produtivo. Os dados mostram uma melhora significativa no nível de desenvolvimento humano de todos os municípios, comprovando-se também que, no período abordado, o estado da Bahia quase que dobrou o seu IDH, passando de 0,386, em 1991, para 0,660, em 2010.

O índice de desigualdade social e distribuição de renda para os anos de 2000 e 2010. O nível de concentração de renda apresentou decréscimo para o Estado da Bahia, bem como para o Território de Identidade Sertão Produtivo. A Bahia, que, em 2000, exibiu o grau de participação na renda de 0,664, em 2010, teve uma melhora significativa, verificada no índice de 0,631. O Território de Identidade, em 2000, estava com um nível de desigualdade e distribuição de renda em melhor estágio do que o do Estado da Bahia: 0,622. Em 2010, manteve a dominância em relação ao estado com um índice de 0,541 e uma redução também mais intensa do que a verificada no âmbito estadual.

O decréscimo na desigualdade e aumento da distribuição de renda do Território parte do princípio em que os municípios do Território de Identidade Sertão Produtivo apresentam, isto é, um mesmo perfil nas variáveis constatadas. Mesmo com a proeminência de Brumado, Caetité e Guanambi, não há uma discrepância significativa entre estes e os municípios menos dinâmicos.

### ***1.2.6 A cultura no Sertão Produtivo***

O Sertão produtivo tem em sua maioria população rural, e seus aspectos culturais vão de encontro aos costumes e crenças fundados na experiência do cotidiano do seu povo. Seus modos de vivências entrelaçam na tradição diversificada dos primeiros habitantes e retirantes que constituíram as primeiras comunidades nas terras do Alto sertão.

Ver-se então a religiosidade como princípio norteador da raiz cultural do povo desse Território. Os eventos juninos, reisado, presépios e outros caracterizam a identidade dessa gente, muitos descendentes de quilombos, vaqueiros, sertanejos retirantes e outros. São estes que constituem o povo do Território de Identidade. Fixados nas terras do Alto Sertão, juntaram suas tradições culturais em um costume plural e próprio.

Muitos levam o reisado, cantos e outros como peças mantenedoras de suas histórias e vivências. Essas manifestações buscam muitas das vezes moldar-se de acordo com o contexto de cada região ou comunidade, definido por vezes, a identidade local de cada povo dentro do mesmo território.

A capoeira e suas vertentes de dança como o maculelê, o vai-de-virá e outros tem sua difusão geralmente nos quilombos e comunidades sertanejas, todavia muito timidamente. A vaquejada, cavalgada, cantores comunitários e encontros propagados em reuniões de associações também são manifestações comuns nesses recintos. Existem comunidades tradicionais que já realizam desfiles e concursos, no intuito de mostrar e valorizar a beleza e o jeito de ser das mulheres e rapazes quilombolas, como o de Aroeira em Palmas de Monte Alto.

Em Candiba, contamos com a tradição das benzedadeiras da comunidade de Lagoa dos Anjos, com Dona Ninha, a matrona da família que vem defendendo e buscando perpetuar essa crença como um dos saberes secular.

O patrimônio arqueológico está presente no TI com 12 registros de sítios pré-coloniais. Palmas de Monte Alto, Ituaçu e Livramento de Nossa Senhora abarcam a maior quantidade. A arte rupestre representa a iconografia de acervo arqueológico (SEI, 2011). Nos últimos tempos ações financiadas pelas empresas eólicas e FIOOL estão tornando a cultura arqueológica e museológica mais visíveis no território. Para além dessas, atividades desenvolvidas, grupos formados em Caetité, Guanambi e Tanque Novo responsabilizam por manter o teatro, dança e a musicalidade cultura popular do território.

As crenças de raízes africanas manifestam-se fortemente em terreiros do sertão produtivo, assim, como outras manifestações originárias de outras culturas. A dança de origem africana e o ballet clássico são difundidos por grupos tanto em Caetité, Guanambi quanto em Tanque Novo, tendo também outros grupos em formação em outras localidades. A capoeira é de longe

a mais tradicional prática cultural notoriamente difundida no território em todos os municípios.

A questão patrimonial, ou seja, Patrimônio Histórico do nosso território ainda é muito frágil, deixando a responsabilidade apenas para Caetité a preocupação em preservar seus casarões, como legado desse memorial histórico cultural.

Todavia, cada município possui sua biblioteca municipal, mesmo que seja agregada a uma escola, mas possuem, tanto pelo incentivo estadual, federal quanto do próprio município.

A Casa Anísio Teixeira, Fundação com Sede em Salvador, possui uma afiliada em Caetité, na própria casa do prof. Anísio Teixeira. Esta deve ser alçada como um marco histórico na preservação dos eventos culturais de Caetité e região. Mantém ações museológicas, teatral, dança e cantos. Possui também uma biblioteca, ou biblioteca-móvel. Sala para apresentações artísticas com 150 assentos e um reformatório de música. Com todas estas ações de formação e de entretenimento, ainda possui um palco aberto no quintal da casa.

A arte plástica e o artesanato apresentados e comercializados em feiras específicas é um meio para o acréscimo de renda no território. Agregada a esta, a agricultura familiar fornece matéria-prima para a confecção de uma culinária típica da região e principalmente do campo e quilombos. Bem como, as peças e apetrechos para confeccionar instrumentos e vestimentas para o Samba de roda, cantigas de roda, vai-de-virá, marujada e umbigada<sup>5</sup>.

Assim, forma-se a força e valorização da cultura histórica do Sertão Produtivo. Bem como, mantém o fio condutor de um processo de tradição identificadora do território. É viável então que este processo seja propagado e integrado às matrizes curriculares como eixos norteadores da práxis educadora de crianças, jovens e adultos do Território Sertão Produtivo

### ***1.3 Dimensões do Desenvolvimento – Desafios e Potencialidade***

O debate acerca do enfoque territorial, com foco no planejamento territorial tem sugerido a retomada de outro debate, que diz respeito ao desenvolvimento. E neste sentido, vale destacar a compreensão do desenvolvimento como trajetória; pois ajuda a visualizar que este tem a difícil tarefa de apresentar soluções para o hiato social sem perder de vista os elementos de

---

<sup>5</sup> Texto construído com base nas escutas em reuniões, oficinas, fórum e conferências de cultura do TI (SECUT, 2016).

caráter econômico e mais recentemente da preocupação com os caminhos, limitações e relações dos diferentes grupos sociais com a polêmica questão do desenvolvimento sustentável. Isso abre uma lacuna para a proposição de experiências no sentido de valorizar as diversidades econômicas, sociais e políticas existentes; o que passa a ser definido como multidimensionalidades dentro da perspectiva do Desenvolvimento Territorial. Nesta direção apresenta-se a seguir um painel dos limites e potencialidades verificadas nas dimensões socioeconômicas, sociocultural educacional, ambiental e político institucional no Território de Identidade.

### *1.3.1 Limites e Potencialidades na Dimensão Socioeconômica*

Esta dimensão tem como objetivo demonstrar os aspectos produtivos e econômicos do território, evidenciando, potencialidades possíveis para dinamizar o desenvolvimento e gerar as competências necessárias para a sustentabilidade e superação dos seus limites, dentro dos eixos que incluem mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais.

Assim, são abordados os eixos relativos à inclusão produtiva, emprego, geração de renda, empreendedorismo, economia solidária, cooperativismo, acesso à terra e água para produção, crédito e assistência técnica, entre outros, no território Sertão Produtivo.

**Quadro 02 - Desafios e Potencialidades na Dimensão Socioeconômica - 2016**

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Modelo de produção não sustentável fundado em práticas indiscriminadas com desmatamentos, queimadas e uso abusivo dos agrotóxicos, além de uso de energia de alto custo para a produção agrícola.</li> <li>- Avanço na abertura de áreas para pastagem o que levam agravamentos ambientais com índice crescente de espaços suscetível a desertificação.</li> <li>- Ausência de política de ATER (<i>Assistência Técnica e Extensão Rural</i>) pública, gratuita e continuada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reservas hídricas abundantes com rios perenizados e áreas favoráveis à fruticultura irrigada, à horticultura e possibilidades para a piscicultura.</li> <li>- Existência de várias iniciativas de produção sustentável e agroecológica como quintais produtivos, casa de sementes e viveiros de plantas frutíferas e nativas.</li> <li>- Presença das cadeias produtivas da pesca artesanal, da ovinocaprinocultura e apicultura.</li> <li>- Avanços nas atividades pecuárias com</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ineficiência do serviço de crédito rural.</li> <li>- Insuficiência nas estruturas de produção, processamento e beneficiamento do mel.</li> <li>- Entraves SIPAF (<i>Selo da Identificação da Agricultura Familiar</i>) participa na comercialização da produção da agricultura familiar.</li> <li>- Presença forte e abusiva dos atravessadores, deficiência ou ausência de logística para realização de feiras e dificuldades de escoamento da produção.</li> <li>- Fragilidade organizacional dos agricultores familiares, tanto no âmbito da produção quanto da comercialização, acentuada pelo descrédito no associativismo e cooperativismo. (Fonte: PTDRS 2010 e Resultado de conferências 2015).</li> </ul>	<p>Melhoramento genético da bovinocultura e ampliação da criação de galinhas caipiras e aves em geral.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Os recursos naturais e equipamentos sociais existentes no Território favorecem a prática do ecoturismo, do turismo rural e turismo cultural.</li> <li>- Possibilidade de espaços para comercialização dos produtos da agricultura familiar no território.</li> <li>- Presença de associações comunitárias.</li> <li>- Existência de programas do governo federal voltados a garantia da segurança alimentar, acesso água e apoio a agricultura familiar (PRONAF, DRS, Plano Safra, PROINF, PAC I e II) e outros programas como o Luz para Todos e/ou Água para Todos.</li> <li>- Presença de órgãos promotores e organismos não governamentais executoras de ATER e das Bases de Serviços de Comercialização. (Fonte: PTDRS)</li> <li>- O PPA 2016-2019 regionalizado estabelece os seguintes objetivos estratégicos para este território, que dialogam com essa dimensão:             <ul style="list-style-type: none"> <li>a) “Fortalecer as cadeias produtivas do território, com ênfase na agricultura de base familiar”.</li> <li>b) “Garantir a democratização do acesso a água para uso humano e produtivo de forma racional” (Fonte: PPA 2016-2019).</li> </ul> </li> </ul>
---	--

### ***1.3.2 Limites e Potencialidades na Dimensão Ambiental***

Nesta dimensão destacam-se os temas relacionados às questões, convivência e preservação dos recursos naturais, em destaque estão: a água potável, águas residuais, áreas protegidas, resíduos sólidos, biodiversidade, mudança climática, contaminação ambiental,

desertificação, erosão, desmatamento, dentre outros aspectos. Ao realizar uma leitura geral, no território Sertão Produtivo, observa-se que o mesmo apresenta evidências de degradação ambiental atrelado a diferentes fatores.

**Quadro 03 - Desafios e Potencialidades na Dimensão Ambiental 2016**

DESAFIOS	POTENCIALIDADE
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de problemas ambientais; os solos – suscetível à desertificação, erosão; enfraquecimento, compactação e salinização por queimadas, e manejo inadequado das águas e solos.</li> <li>- As águas - assoreamento dos rios e açudes, destruição de matas ciliares, mortificação de nascentes, córregos e lagoas, localização de cemitérios próximos a nascentes e presença de resíduos sólidos e agroquímicos nas águas superficiais, subterrâneas e perfuração excessiva de poços tubulares.</li> <li>- A fauna e a flora - extinção de espécies animais e vegetais, desmatamento, queimadas, ocupação de áreas de preservação permanente.</li> <li>- Destinação inadequada de resíduos sólidos</li> <li>- Ausência de uma políticas para o aproveitamento do lixo como fonte geradora de renda, trabalho e energia.</li> <li>- Fragilidade do INEMA e SEMA na atuação e fiscalização das unidades de conservação e atividades de impacto negativo para o meio ambiente. (Fonte: PTDRS 2010 e PPA 2016-2019).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diversidade de riquezas naturais</li> <li>- Ampliação do acesso à água através da construção de cisternas, barreiros e outros.</li> <li>- Criação de Conselhos Municipais de Meio Ambiente</li> <li>- Represas com potencial para produção variada.</li> <li>- Comitês de Bacias Hidrográficas e Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente.</li> <li>- Atores sociais sensibilizados para a importância da implantação de novas práticas que visam a redução do lixo.</li> <li>- Possibilidade para projetos de coleta seletiva do lixo em alguns municípios como fonte de renda e energia.</li> <li>Existência da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Fonte: PTDRS 2010)</li> <li>- O PPA 2016-2019 regionalizado estabelece os seguintes objetivos estratégicos para este território, que dialogam com essa dimensão:               <ul style="list-style-type: none"> <li>a) “Garantir a democratização do acesso a água para uso humano e produtivo de forma racional” (Fonte: PPA).</li> </ul> </li> </ul>

### ***1.3.3 Limites e Potencialidades na Dimensão Sociocultural Educacional***

Para a dimensão sociocultural educacional, o Território Sertão Produtivo apresenta um quadro diversificado. Os temas que sugerem acesso aos serviços e a infraestrutura pública (saúde, educação, proteção social, moradia, segurança, comunicações, energia, abastecimento d'água, saneamento, transporte, estradas, cultura, esporte e lazer), inserção social, combate a pobreza e pobreza extrema, segurança alimentar e nutricional, redução de desigualdades e promoção de igualdades sociais, crianças e adolescentes, juventude, mulheres, povos e comunidades tradicionais, pessoas com necessidades especiais, idosos.

**Quadro 04 - Desafios e Potencialidade na Dimensão Sociocultural Educacional 2016**

<b>DESAFIOS</b>	<b>POTENCIALIDADE</b>
<p>No aspecto social e da saúde pública existem desafios relacionados às seguintes questões gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- insuficiência de aparelhamentos e espaços públicos para o atendimento à população do território, tais como centros de convivência, centros de tratamento específicos, hospitais de níveis secundários e terciários, carência de profissionais especializados nas unidades de saúde (PSF, CREAS, CAPs...), e aterros sanitários.</li> <li>- Ausência de Unidades de Assistência de Alta complexidade em Oncologia (UNACON) no território. (PPA 2016-2019).</li> <li>- Deficiência na qualidade da prestação de serviços à população do território nas áreas social, de saúde e saneamento público.</li> <li>- Rotatividade dos profissionais da saúde pública e privatização dos serviços médicos.</li> <li>- Falta de programas específicos de saúde pública para minorar a gravidez precoce, prostituição na adolescência.</li> <li>- Carência de centros de amparo e reabilitação para dependentes químicos,</li> </ul>	<p>No aspecto social e da saúde pública destacam-se as seguintes potencialidades gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Presença dos serviços de saúde pública como o SUS, Brasil Sorridente, Programa Saúde da Família, SAMU, UPA, Mais Médicos e diversos outros programas do ministério da saúde.</li> <li>- Existência de profissionais da saúde especializados.</li> <li>- Formação, qualificação e capacitação para os profissionais da saúde.</li> <li>- Compatibilidade com o sistema SUS nas políticas da saúde do território.</li> <li>- Organização dos Conselhos municipais de Saúde, projetos específicos de promoção da saúde e política da saúde mental. (PTDRS 2010).</li> </ul> <p>No aspecto educacional e cultural destacam-se as seguintes potencialidades gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência e melhorias nas políticas públicas educacionais como PNDE, FNDE, Caminho</li> </ul>



<p>alcoólatras, hanseníase, tuberculose, HIV, doenças do aparelho circulatório, hipertensão, cardiopatia e diabetes. (PTDRS 2010).</p> <p>No aspecto educacional e cultural existem desafios no território relacionados as seguintes questões gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- inexistência, insuficiência e precariedade de equipamentos públicos para atendimento à população do território, tais como bibliotecas, salas de multimeios, laboratórios de ciência e informática, espaços culturais, refeitórios, escolas do campo e transporte escolar de qualidade.</li> <li>- Precarização e fechamento das EFAs (Escolas Famílias Agrícolas).</li> <li>- Deficiência na prestação de serviços à população do território nas áreas de educação e cultura e falta de programas de incentivo a não evasão escolar.</li> <li>- Fechamento das escolas rurais, diminuição das matrículas na educação infantil, aumento de drogas e violência nas escolas.</li> <li>- Rotatividade dos profissionais da educação, falta de incentivo e capacitação dos profissionais da cultura.</li> <li>- Inoperância do sistema educacional e instabilidade orçamentária nas Secretarias Municipais de Cultura e desvalorização da cultura popular e local. (PTDRS 2010).</li> </ul>	<p>da Escola, Brasil Alfabetizado, Regulamentação do Piso Nacional dos Professores de ensino médio e PRONERA.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhoria dos indicadores do IDEB nos municípios do território.</li> <li>- A diversidade cultural do território.</li> <li>- A criação de fóruns de debate sobre educação, cultura e turismo e a consolidação da Câmara Temática da Cultura no Colegiado Territorial. (Conferência territorial de Cultura 2016).</li> <li>- O PPA 2016-2019 regionalizado estabelece os seguintes objetivos estratégicos para este território, que dialogam com essa dimensão: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) “Garantir uma saúde pública de qualidade, humanizada com garantia de financiamento das esferas públicas e compatível com as necessidades nos três níveis de atenção: primária, secundária e terciária”.</li> <li>b) “perspectivas para uma educação contextualizada inclusiva em tempo integral com a participação das famílias, qualificação profissional e acompanhamento de equipes multiprofissional e interdisciplinar”.</li> <li>c) “Reduzir a violência e a criminalidade na cidade e no campo”. (PPA 2016-2019).</li> </ul> </li> </ul>
---	---

#### ***1.3.4 Limites e Potencialidades na Dimensão Político-Institucional***

No quesito da dimensão apresenta-se o aparato político-institucional do Território, composto por: governo local, conselhos municipais, conselhos territoriais e regionais, legislações e marcos regulatórios específicos, organização social, sindical e política, participação social,

representação política nos espaços do Estado e da União. Neste intuito o Território Sertão Produtivo apresenta:

**Quadro 05 - Desafios e Potencialidade na Dimensão Político – Institucional 2016**

DESAFIOS	POTENCIALIDADE
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixo índice de articulação entre as Instituições; federal, estadual, municipal e na gestão das políticas públicas.</li> <li>- Baixa participação de prefeitos, secretários e outros gestores públicos municipais no nas plenárias do Colegiado Territorial.</li> <li>- Pouca participação dos órgãos públicos no que tange ao envolvimento e acompanhamento de projetos territoriais.</li> <li>- Insuficiência no empoderamento da sociedade civil na gestão dos projetos e ações sociais no território.</li> <li>- Deficiência das equipes técnicas locais na elaboração de projetos de amplitude territorial.</li> <li>- Carência de estruturas institucionais instaladas no território para a gestão de políticas públicas. (PTDRS 2010)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Funcionamento e fortalecimento das Câmaras Técnicas e Temáticas do Colegiado Territorial, ênfase nos seguimentos territoriais e municipais mulheres, juventude, educação do campo, saúde e cultura. (PTDRS 2010, conferências 2015-2016).</li> <li>- Organização, trabalho e participação efetiva de entidades civis no território, com destaque para os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações Comunitárias e outras. (PDTS 2010, conferências 2015-2016).</li> </ul>

Em consonância com a diversidade existente no Território Sertão Produtivo os quadros expostos acima têm como finalidade oferecer uma síntese dos principais desafios e possibilidades encontradas no território. No entanto, é importante dizer, que as estas amostras não totalizam e nem limitam as preocupações, prioridades e potencialidades, pois o processo de construção para um território desenvolvido continua vivo e dinâmico.

# **CAPÍTULO II**

## **CAPITULO 2 – MATRIZ DE AÇÕES**

### ***2.1 Breve Descrição sobre os Eixos de Desenvolvimento***

Planejar ações de modo a torna-las em condições de execução não é tarefa fácil, diante disso, é que o presente plano de trabalho neste capítulo apresenta uma matriz ampla, todavia composta de objetivos, estratégias e metas definidas para serem consolidadas no período de oito (8), anos. Cada matriz foi construída a partir das particularidades das diferentes realidades do território, com o objetivo de quantificar e definir metas que possam corroborar no processo de construção dos planos de ação. Consequentemente, o plano de ação será aquele que já em andamento dará efetivo direcionamento do trabalho para o desenvolvimento do território dentro das perspectivas que propõe neste trabalho.

Com o objetivo de melhor se organizar e tornar possível as ações propostas, a presente instrumento de planejamento elegeu quatro eixos de trabalho com vistas a alcançar o desenvolvimento, sendo eles: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva; Estrutura Fundiária e Acesso a Terra; Formação Cidadã e organização Social e Infraestrutura e Serviços Públicos.

Em relação ao eixo de Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva os objetivos traçados foram pensados na perspectiva de atender de modo especial a consolidação da agricultura familiar no território, com metas direcionadas das condições de produção, armazenamento, estrutura e comercialização. Nesta mesma direção as propostas também tratam das questões do meio ambiente e sua relação com o processo de produção. E ainda traz indicativos para promover o desenvolvimento econômico também a partir da exploração das diferentes potencialidades existentes nos municípios, preocupados sempre com os recursos naturais e atentos a relação sociedade *versus* natureza.

No que diz respeito ao eixo de Estrutura Fundiária e Acesso a Terra, o território precisa de ações no sentido de atingir a governança fundiária, sendo este um elemento de grande relevância para alcançar outras melhorias, como as que estão relacionadas à produção, formação e outros. O acesso a terra, assim também como os meios para convivência com a terra garantem ao sujeito melhores condições de vida.

Formação Cidadã e organização Social, certamente este não diferente dos demais consiste em um importante eixo para o desenvolvimento, e também avaliado como um dos mais difíceis de construir. Ao relembrar do processo histórico de atraso na implementação das políticas públicas no Brasil, retardamento na consolidação e ampliação dos espaços de formação, entende-se que muitos devem ser os esforços nesta direção. Assim o planejamento analisa que é preciso investir na formação e qualificação eficaz, com metas especialmente voltadas para a educação, ampliação das políticas públicas direcionadas a cultura, ao esporte e ao lazer, observando as especificidades da diversidade, dos direitos humanos, e do respeito aos valores e dos povos.

E quanto a Infraestrutura e Serviços Públicos, também foi mantida a mesma linha de discussão, priorizando a diversidade e as demandas do território, e foram então elencadas ações no propósito de melhorar o acesso à saúde, a segurança, infraestrutura, lazer, cultura, esporte e educação. Tudo considerando a relação campo/cidade e a qualidade de vida nestes espaços.

Ao fazer a análise/síntese das matrizes apresentada verifica-se que há uma interligação e complementariedade entre as mesmas, uma vez que ao propor como objetivo final o desenvolvimento, na escala territorial, sustentável e solidário, nenhum destes eixos podem ser negligenciados ou dissociados, trata-se de uma engrenagem interligada e interdependente. Logo muitas metas e objetivos se complementam e/ou se confirmam para que o desenvolvimento de fato aconteça a partir de uma visão de conjunto. As informações aqui oferecidas são a seguir detalhadas na matriz de ação de cada eixo apresentado.

## 2.2 Matrizes de Ações

### 2.2.1 Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS
1. Assegurar o desenvolvimento socioeconômico, da agricultura familiar, ampliação de renda, disponibilidade de acesso a alimentos saudáveis e a preservação ambiental.	<p>1.1. Apoiar a implantação de sistemas produtivos com foco na geração de trabalho e renda, fortalecendo os empreendimentos solidários desde o início de sua cadeia produtiva. (PTDRS 2010).</p> <p>1.2. Estimular o beneficiamento e a transformação da produção</p>	<p>1.1.1. . Criar 01 (um) programa de apoio e desenvolvimento da produção, regular e continuada, até a sua venda, através de associações montadas e geridas pelas comunidades do território.</p> <p>1.1.2. Inserir 01 (um) projeto de economia solidária no território com a produção e comercialização de artesanato destinado a membros</p>

	<p>sustentável da Agricultura Familiar, com o aperfeiçoamento técnico e facilitação de crédito aos membros da Agricultura Familiar, diminuindo protocolos burocráticos fortalecendo seus espaços de comercialização. (PPA)</p> <p><b>1.3.</b> Revitalização da Caatinga em encostas e nascentes, matas ciliares, como criação e incentivo de viveiros de mudas nativas para o replantio pelos moradores do campo. (CASA)</p> <p><b>1.4.</b> Adicionar proposta adequada ao protocolo do CEFIR com objetivo à diminuição das queimadas e desmatamentos.</p> <p><b>1.5.</b> Promover ações de convivência com o semiárido, na perspectiva da produção agroecológica (PDTRS)</p> <p><b>1.6.</b> Promover serviço de ATER pública, gratuita e continuada para estabelecimentos de agricultores familiares do território.</p>	<p>cadastrados como agricultor familiar</p> <p><b>1.1.3.</b> Inserir 01 projeto de economia solidaria com a produção e comercialização de polpas de frutas oriundas da produção de frutas típicas com suporte para comercialização nos comércios de todo o território destinado a membros cadastrados como agricultor familiar</p> <p><b>1.2.1</b> Recuperar 20 mercados públicos nos municípios de até 2024.</p> <p><b>1.2.2.</b> Reservar 01 espaço destinado aos produtos da agricultura familiar em 100 % dos mercados municipais até 2024. (PTDRS 2010)</p> <p><b>1.3.1.</b> Apoiar 02 unidades de preservação ambiental existentes no território; Serra dos Montes Altos e Flona Contendas do Sincorá, através de projeto de fiscalização e estudos no intuito de intensificar a preservação até 2024. (PPA)</p> <p><b>1.3.2.</b> Elaborar 01 (uma) proposta de chamada pública anualmente para projeto de reflorestamento.</p> <p><b>1.3.3.</b> Estabelecer 01(um) plano de incentivo para o turismo rural e ambiental, através de ação anual e pontual. (PPA2016-2019)</p> <p><b>1.3.4.</b> Realizar 01 (uma) oficina para capacitar brigadistas rural anualmente nos municípios do território.</p> <p><b>1.3.5.</b> (Instituir 01(um) Programa de recuperação das áreas degradadas da Caatinga do Território).</p> <p><b>1.3.6.</b> Implantar 10 (dez) viveiros comunitários de mudas nativas em áreas estratégicas do território no o período de 2017 a 2020.</p> <p><b>1.4.1.</b> Inserir 01 (uma), resolução que responsabilize o Estado na manutenção do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR).</p>
--	--	--

		<p><b>1.5.1.</b> Implantar 16.000 tecnologias sociais de captação de água de chuva para produção (cisternas calçadão, enxurrada, barreiro trincheira e barragem subterrânea) nos municípios o território até 2024.</p> <p><b>1.5.2.</b> Implantar 10.000 tecnologias sociais para consumo humano (cisternas de consumo) nos municípios do TI até 2024.</p> <p><b>1.5.3.</b> Capacitar de 16.000 famílias do território em gestão e manejo de água para produção agroecológica de alimentos até 2024.</p> <p><b>1.6.1.</b> Universalizar oferta de assessoria técnica especializada em organização da produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar do território.</p> <p><b>1.6.2.</b> Atender gratuitamente e de forma continuada 60% (4.800) estabelecimentos de agricultores familiares do território até 2022.</p>
<p><b>2.</b> Fortalecer as cadeias produtivas do território com ênfase na agricultura de base familiar. (PPA)</p>	<p><b>2.1.</b> Fortalecer as cadeias produtivas da mandiocultura apicultura, bovinocultura, fruticultura, ovinocaprinocultura e da avicultura caipira, através de programas e incentivos voltados para pequenos e médios agricultores. (PTDRS 2010)</p> <p><b>2.2.</b> Apoiar a permanência do centro público de economia solidária existente e a criação de outro.</p>	<p><b>2.1.1.</b> Criar 01 (um) programa de incentivo a produção e comercialização dos produtos derivados da mandioca cultivada no território. (PPA)</p> <p><b>2.1.2.</b> Promover programa 01 (um) para reestruturar as casas de farinha, que já existem em 100% dos estabelecimentos. (PPA)</p> <p><b>2.1.3.</b> Criar 01 (um) programa de incentivo a produção de mel de abelhas no território para as comunidades que já tem a casa do mel.</p> <p><b>2.1.4.</b> Inserir 01 (um) programa de apoio à produção da mandioca no território. 2017 a 2024</p>

	<p><b>2.3.</b> Incentivar as instituições de nível superior a desenvolver projetos de extensão para ensinar práticas de cultivos e guarda das sementes crioulas e orgânicas aos agricultores familiares.</p>	<p><b>2.1.5.</b> Implementar 01 (um) incentivo ao pequeno rebanho de gado no território.</p> <p><b>2.1.6.</b> Promover 01 (um) projeto de reuso das águas domésticas para cultivo de fruticultura nos quintais do território.</p> <p><b>2.1.7.</b> Apoiar 01(um) projeto de criação de pequenos rebanhos de cabras e ovelhas no território.</p> <p><b>2.1.8.</b> Apoiar 01 (um) programa para a produção de frangos caipiras no território.</p> <p><b>2.2.1.</b> Realizar 01 (uma) feira anualmente 01 (uma) feira Territorial com produtos oriundos da agricultura familiar e economia solidaria.</p> <p><b>2.2.2.</b> Apoiar 01 (um) programa de economia solidária para as associações de mulheres com produção e venda de manufaturados no território.</p> <p><b>2.3.1.</b> Criar 01 (um) programa de apoio a Implantação de pequenos centros para armazenamento e ensino de técnicas de cultivo das sementes crioulas no território até o ano 2024.</p> <p><b>2.3.2.</b> Realizar 01 (um) Seminário Territorial anualmente com as instituições de nível superior para discutir e planejar projetos de extensão que vise o desenvolvimento do território de identidade.</p>
<p><b>3.</b> Promover a autonomia das mulheres e da juventude rural através da organização produtiva e econômica</p>	<p><b>3.1.</b> Fomentar a agroindustrialização, comercialização, a gestão, a organização, o empreendedorismo, o associativismo da agricultura familiar e economia solidária, dos povos e comunidades</p>	<p><b>3.1.1.</b> Implementar 01(um) projeto de empreendimentos da economia solidária no território.</p> <p><b>3.1.2.</b> Inserir 01(um) programa de incentivo a produção agroecológica nas comunidades quilombolas, fundo e fecho de pasto do território.</p>



	<p>tradicionais, assentados de reforma agrária, jovens e mulheres, considerando as particularidades e potencialidades do território. (PPA)</p> <p><b>3.2.</b> Desenvolver políticas de valorização específicas para quilombos registrados do território. (Comitês de Povos e Comunidades Tradicionais)</p> <p><b>3.3.</b> Promover o acesso técnico, com foco na agricultura familiar, em assentamentos de reforma agrária, às mulheres, jovens e comunidades tradicionais (PPA)</p> <p><b>3.4.</b> Promover projetos de Incentivo a participação equivalente do homem e da mulher e dos jovens nas propostas de desenvolvimento econômico urbano e rural (PTDRS).</p> <p><b>3.5.</b> Proporcionar acesso de crédito que facilite a geração de emprego e renda para os jovens do meio rural (PDTRS).</p>	<p><b>3.2.1.</b> Desenvolver 01 (um) programa com 20 (vinte) oficinas para qualificação e capacitação em manejo e produção agroecológica para mulher e jovens das comunidades tradicionais do território. (PPA)</p> <p><b>3.3.1.</b> Desenvolver 01 (um) programa de qualificação e capacitação em manejo e produção agroecológica para mulher e jovens das comunidades tradicionais do território. (PPA)</p> <p><b>3.3.2.</b> Criar 01 (um) projeto de assistência técnica que visa estimular a formação de núcleos produtivos para promover interações e troca de experiências produtivas entre produtores rurais do território.</p> <p><b>3.4.1.</b> Inserir 01 (um) programa de geração de renda na cidade e no campo para homens e mulheres em situação de vulnerabilidade econômica do território.</p> <p><b>3.5.1.</b> Implantar 01 (um) programa para pequenos empreendimentos rural voltado à juventude do território.</p>
--	--	---

### 2.2.2 Governança Fundiária e Acesso à Terra

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS
<p><b>1.</b> Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais. (PNDRS).</p>	<p><b>1.1.</b> Melhorar a infraestrutura social dos assentamentos de reforma agrária. (PTDRS)</p> <p><b>1.2.</b> Regularizar os imóveis rurais do território. (FETAG)</p>	<p><b>1.1.1.</b> Realizar obras de manutenção e conservação em 300 km de estradas vicinais que dão acesso aos assentamentos nos Municípios do território.</p> <p><b>1.1.2.</b> Implementar 02 imóveis de assentamento de reforma agrária</p>

	<p><b>1.3.</b> Promover a regularização documental de áreas de assentamentos do território com solicitações até 2018</p> <p><b>1.4.</b> Desburocratizar os processos da DAP.</p>	<p>com infraestrutura social e básica. (FETAG/ STR de Gbi).</p> <p><b>1.2.1.</b> Regularizar em 100% as pendências de georeferenciamento dos assentamentos do território. (INCRA/FETAG).</p> <p><b>1.3.1.</b> Entregar 12 (doze) Títulos de Propriedade em áreas de assentamentos do território com solicitações até 2018.</p> <p><b>1.4.1.</b> Entregar no mínimo de 2000 (duas mil) DAPs anualmente ao pequenos agricultores do território de base familiar.</p>
<p><b>2.</b> Promover Povos e comunidades tradicionais e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da garantia do acesso à terra (PNDRS).</p>	<p><b>2.1.</b> Certificar e reconhecer as terras de povos tradicionais e quilombolas do território.</p>	<p><b>2.1.1.</b> Destinar 10% dos lotes de novos projetos de reforma agrária ao assentamento de jovens rurais, favorecendo um programa de incentivo de iniciação deste jovem ao trabalho.</p>

### **2.2.3 Formação Cidadã e Organização Social**

<b>OBJETIVOS</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>METAS</b>
<p><b>1.</b> Promover a gestão e a participação social na implantação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas. (PNDRS).</p>	<p><b>1.1.</b> Promover e efetivar ações informativas e educacionais às pessoas com deficiência e seus familiares, em todos os municípios. (CDPDTSP)</p> <p><b>1.2.</b> Aprimorar as estratégias de gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência, fundamentadas nos princípios da equidade dos direitos, universalidade, integralidade e participação. (CDPDTSP)</p>	<p><b>1.1.1.</b> Criar um Programa que possibilite efetivar ações informativas e educativas para pessoas com deficiência e seus (CDPDTSP).</p> <p><b>1.1.2.</b> Criar Fundo Exclusivo para as Secretarias de Educação que realizam trabalhos específicos para melhoria e qualidade de vida do Idoso. (CDPITSP)</p> <p><b>1.1.3.</b> Criar e manter 20 unidades de Casas de Acolhimento ao Idoso (populares abrigos)</p> <p><b>1.1.4.</b> Criar 01(um) órgão estadual para fiscalização das instituições que cuidam da pessoa idosa. (CDPITSP)</p>

		<p><b>1.1.5.</b> Criar 03 (três) Delegacia do Idoso no TI, ou seja, uma em cada cidade polo do território. (CDPITSP)</p> <p><b>1.1.6.</b> Implementar 01 (um) Projeto de cadastramento das pessoas portadoras de necessidades especiais do TI. (CDPDTSP)</p> <p><b>1.2.1.</b> Criar 01(um) programa de Inclusão integral da pessoa com deficiência no território.</p>
<p><b>2.</b> Ampliar e melhorar as capacidades e competências humanas e institucionais do território para promover desenvolvimento sustentável e solidário.</p>	<p><b>2.1.</b> formar cidadãos conscientes para a construção do desenvolvimento territorial com sustentabilidade. (PTDRS)</p> <p><b>2.2.</b> Ofertar formação continuada nas escolas sobre os direitos da pessoa com deficiência e a participação de todos os entes federados neste processo. (CDPDTSP)</p> <p><b>2.3.</b> Prestar apoio sustentável aos Conselhos da Criança e do Adolescente no território. (CONDICA-TERRITÓRIO)</p>	<p><b>2.1.1.</b> Realizar 20 (vinte) Cursos de formação em desenvolvimento sustentável e gestão participativa nas políticas públicas nos municípios do território, ou seja, 01 (um) curso em cada Município. 2017 a 2018 (PPA)</p> <p><b>2.2.1.</b> Inserir a disciplina de Libras e Braille, na matriz curricular de todos os municípios do sertão produtivo. (CDPDTSP)</p> <p><b>2.3.1.</b> Vincular as despesas dos Conselhos da Criança, adolescentes e portadores de deficiência ao orçamento dos municípios do Território (CONDICA-TERRITÓRIO) &amp;(CDPDTSP)</p>
<p><b>3.</b> Promover Povos e comunidades tradicionais e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio do acesso à formação, à organização social e à cidadania. (PNDRS).</p>	<p><b>3.1.</b> Inserir mulheres, jovens e povos de comunidades tradicionais como sujeitos no processo de desenvolvimento no território. (PTDRS)</p> <p><b>3.2.</b> Ampliar a oferta de cursos técnicos específicos para formação de jovens, mulheres, povos e comunidades tradicionais, buscando atuar com o princípio da equidade frente a</p>	<p><b>3.1.1.</b> Realizar 01 (uma) Conferência Anualmente de políticas para mulheres no território. (1ª CTSPPM)</p> <p><b>3.1.2.</b> Realizar 01 (um) Fórum Territorial de políticas para mulheres anualmente. (1ª CTSPPM)</p> <p><b>3.2.1.</b> Realizar 20 (vinte) cursos técnicos para formar jovens participantes ativos do processo político e de desenvolvimento do território.</p> <p><b>3.2.2.</b> Realizar 20 (vinte) cursos</p>

	<p>todos os outros que compõem a população territorial. (PTDRS)</p> <p><b>3.3.</b> Desenvolver meios educacionais que valorizem e qualifiquem a educação no e do campo. (UNEB campus XII)</p> <p><b>3.4.</b> Fortalecer o Conselho/Câmara de Mulheres. (Plano Estadual de Políticas Públicas Para Mulheres, 2013-2015)</p> <p><b>3.5.</b> Incentivar a prática desportiva da criança e do adolescente. (CONDICA-TERRITÓRIO) &amp;(CDPDTSP)</p> <p><b>3.6.</b> Valorizar o reisado, o vai de virá, a umbigada, a capoeira, o samba de roda e demais folguedos pertinentes no campo e na cidade que mantém as tradições e a valorização histórica do território. (Câmara Técnica de Cultura do Sertão Produtivo).</p>	<p>técnicos sobre política participativa para mulheres do território.</p> <p><b>3.2.3.</b> Realizar 20 (vinte) cursos técnicos sobre política participativa para povos e comunidades tradicionais</p> <p><b>3.3.1.</b> Criar Curso de Especialização e Mestrado em Educação do e no Campo em campi da UNEB no território. (PPA)</p> <p><b>3.4.1.</b> Realizar 01(um) oficina formativa para membros de conselhos e câmara de mulheres do território anualmente.</p> <p><b>3.5.1.</b> Organizar e realizar 01 (um) programa de Jogos Estudantil como modalidades diversas no território anualmente para Crianças e Adolescentes.</p> <p><b>3.6.1.</b> Publicar 16 (dezesesseis) Editais de Cultura para projetos de valorização das tradições locais (dois por ano) até 2024.</p>
<p><b>4.</b> Promover a gestão e a participação social na implantação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas. (PNDRS).</p>	<p><b>4.1.</b> Garantir a qualificação dos conselheiros a fim de melhorar o controle social e qualificação do SUS.</p> <p><b>4.2.</b> Monitorar o cumprimento das propostas resultantes das conferências de Saúde Territoriais nas três esferas de governo.</p>	<p><b>4.1.1.</b> Realizar 01 (um) programa de educação permanente e continuado, a fim de aprimorar o controle social e melhorar o papel dos conselheiros no âmbito do SUS.</p> <p><b>4.2.</b> Criar um sistema de monitoramento e avaliação de Saúde no Território</p>

### 2.2.4 Infraestrutura e Serviços Públicos

Objetivos	Estratégias	Metas
<p><b>1.</b> Promover o acesso à população a políticas públicas voltada a melhor qualidade de vida, por meio da participação social, integração de instituições e articulação interfederativas</p>	<p><b>1.1.</b> Promover a valorização da pessoa idosa com incentivo a construção de Centros de Convivência do Idoso. (CDPITSP)</p> <p><b>1.2.</b> Fomentar e fortalecer referências em estudos de políticas públicas para aplicação territorial. (PPA)</p> <p><b>1.3.</b> Incentivar os municípios a aderir aos Consórcios existentes no território. (PPA)</p> <p><b>1.4.</b> Criar novos consórcios essenciais para o desenvolvimento do território (PPA).</p> <p><b>1.5.</b> Construção de Estradas de integração Territorial. (PTDRS)</p> <p><b>1.6.</b> Universalizar energia elétrica na zona rural. (PDTRS).</p>	<p><b>1.1.1.</b> Construir 20 Centros de Atendimento exclusivo aos Idosos. (CDPITSP)</p> <p><b>1.2.1.</b> Criação de 01 Centro de Referência Territorial em Políticas Públicas. (PPA)</p> <p><b>1.3.1.</b> Promover 04 (quatro) campanhas para o fortalecimento de consórcios públicos no território.</p> <p><b>1.4.1.</b> Criação de um Consórcio Público Sociocultural. (Câmara Técnica de Cultura)</p> <p><b>1.5.1.</b> Recuperar 20 Trechos de estradas que interligam os municípios do território (PPA/ PTDRS)</p> <p><b>1.6.1.</b> Universalizar o acesso em das residências rurais atendidas pelo Programa Luz para Todos (PPA). O indicador medirá quantas casas ainda não possuem eletrificação rural.</p> <p><b>1.6.2.</b> Criar programas de incentivo à produção de energia solar Fotovoltaica nas pequenas propriedades.</p>
<p><b>2.</b> Consolidar educação contextualizada, inclusiva, em tempo integral, com a participação das famílias, qualificação profissional e acompanhamento de equipes multiprofissional e interdisciplinar. (PPA).</p>	<p><b>2.1.</b> Fomentar os Conselhos Municipais que defendam os direitos da Criança e do Adolescente. (CONDICA-TERRITÓRIO).</p> <p><b>2.2.</b> Valorizar e incentivar o desenvolvimento cultural da zona urbana e do campo em todos os municípios do território. (Câmara Técnica de Cultura do Sertão Produtivo)</p> <p><b>2.3</b> Utilizar os espaços existentes no campo e na cidade para exposições e</p>	<p><b>2.1.1.</b> Realizar 08 fóruns territoriais de Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente (CONDICA-TERRITÓRIO).</p> <p><b>2.2.1.</b> Construir 01 (um) Centro de Cultura em cada município do território. (PTDRS)</p> <p><b>2.2.2.</b> Equipar Fundação Casa Anísio Teixeira em Caetité com 01 (um) núcleo para acompanhamento de atividades teatrais, musicais e danças.</p> <p><b>2.3.1.</b> Realizar 20 (vinte) eventos culturais anualmente nos municípios</p>

	<p>apresentações culturais. (Câmara Técnica de Cultura do Sertão Produtivo)</p> <p><b>2.4.</b> Promover a valorização do professor com formação continuada, remuneração adequada e melhores condições de trabalho. (PPA)</p> <p><b>2.5.</b> Preservação do patrimônio histórico do Sertão Produtivo.</p>	<p>do território.</p> <p><b>2.4.1.</b> Ampliar o programa de formação e qualificação para professores do ensino público.</p> <p><b>2.5.1.</b> Digitalizar de 100 % do acervo de documental do Arquivo Público Municipal de Caetité e disponibilizar via on-line para acesso dos usuários.</p> <p><b>2.5.2.</b> Canalizar o esgoto próximo à sede do Museu do Alto Sertão da Bahia - MASB.</p> <p><b>2.5.3</b> Realizar traslado de todo acervo pertencente ao MASB para sua sede em Caetité.</p> <p><b>2.5.4</b> Manter despesas com o corpo técnico curador do MASB.</p>
<p><b>3.</b> Promover saúde pública de qualidade, humanizada com garantia de financiamento das esferas públicas e compatível com as necessidades nos três níveis de atenção: primária, secundária e terciária. (PPA).</p>	<p><b>3.1.</b> Fortalecer e criar estruturas que valorizem os movimentos de luta de gênero do território. (1ªCTSPPM).</p> <p><b>3.3.</b> Garantir as condições básicas de acesso à saúde pública (CTSPPM).</p> <p><b>3.4.</b> Promover a valorização e formação continuada dos servidores em saúde (PPA)</p>	<p><b>3.1.1.</b> Realizar 02 fóruns anualmente para fomentar a criação de associações e agremiações que valorizem o gênero e suas lutas. (1ªCTSPPM)</p> <p><b>3.1.2.</b> Construir 01 Delegacia da Mulher no Território. (1ª CTSPPM)</p> <p><b>3.3.1.</b> Realizar obras de ampliação e melhoria de equipamentos públicos de saúde. (PPA)</p>
<p><b>4.</b> Reduzir a violência e a criminalidade na cidade e no campo. (PPA).</p>	<p><b>4.1.</b> Ampliar e reestruturar a rede de atendimento a mulher vítima de violência. (PPA).</p> <p><b>4.2.</b> Fortalecer a proteção da cidadania de forma cooperada entre os governos municipais e estadual. (PPA)</p> <p><b>4.3.</b> Fortalecimento e integração das políticas</p>	<p><b>4.1.1.</b> Instalar 03 (três) Delegacias especializadas atendimento à mulher vítima de violência. (PPA).</p> <p><b>4.2.1.</b> Criar unidades da polícia com estrutura móvel 24 horas nos distritos e povoados dos municípios do território.</p> <p><b>4.2.2</b> Realizar 08 (oito) campanhas para conscientização sobre direitos e deveres do cidadão(ã). Este plano</p>

	socioassistenciais e socioeducativas para implementação das mediadas preventivas. (PPA)	tem horizonte de 08 anos.  <b>4.3.1.</b> Implantar 01 (um) Centro de Referência de acompanhamento e tratamento de dependentes químicos no Território (CAPS – AD). Até o ano 2018.
<b>5.</b> Promover a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da qualificação das políticas e serviços públicos. (PNDRS)	<p><b>5.1.</b> Promover assistência à mulher do campo na cidade com um local adequado que venha a proporcionar amparo à mesma em várias situações de abandono, violência e outras.</p> <p><b>5.2.</b> Priorizar o acesso à água para consumo humano para as famílias chefiadas por mulheres e povos e comunidades tradicionais</p> <p><b>5.3.</b> Implantar currículo e gestão diferenciada nas escolas do campo, para povos e comunidades tradicionais.</p>	<p><b>5.1.1.</b> Construir 01 casa da Mulher Brasileira no território. (MM-STR/GBI)</p> <p><b>5.2.1.</b> Implantar (cisternas de placas) em 100% das famílias chefiadas por mulheres e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança hídrica até 2024.</p> <p><b>5.3.1.</b> Promover projetos de incentivo e valorização da cultura dos povos e comunidades tradicionais anualmente nas escolas de ensino regular.</p>

# **CAPÍTULO III**



## **CAPÍTULO 3 – GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO**

### **3.1 Instrumentos Estratégicos para Gestão do Desenvolvimento**

Durante muito tempo foi negada e subestimada a história de luta pela superação e o desenvolvimento do território Sertão Produtivo. Todavia, os povos do “Alto Sertão” superaram preconceitos e estereótipos através do trabalho e da organização. Sendo assim, é possível pensar política de desenvolvimento territorial a partir das possibilidades e dos potenciais existentes nos municípios e comunidades do território. Da mesma forma, favorecer acessibilizar as populações para a dinâmica social e econômica. O ruim é que as riquezas e diversidades locais não são trabalhadas adequadamente. Diante disso, as ações governamentais precisam ter como base as próprias recomendações dos habitantes locais /rurais, tornando este um planejamento participativo.

Na perspectiva da gestão do desenvolvimento no Território Sertão Produtivo, o seu Colegiado Territorial mostra-se como o principal gestor, e tem o papel de planejar, acompanhar e intervir no processo de desenvolvimento e acompanhamento dos desdobramentos do PTDRSS no território, bem como de sistematizar e avaliar as ações proposta neste instrumental.

Assim, o colegiado territorial também exerce papel de instrumento para a integração das políticas públicas e viabilização das estratégias descentralizadoras, uma vez que, no território há realidades muito distintas; a população local inserida no colegiado contribui decisivamente na escolha das possíveis atuações governamentais, para que os bens e serviços estejam de acordo com as demandas de cada localidade.

Neste espaço há possibilidades para levantar opiniões e visões dos representantes da sociedade civil e poder público a respeito das fortalezas e dos problemas de cada município, e também colher sugestões de ações a serem desenvolvidas. Dessa forma, há sempre o registro

de opiniões divergentes, convergentes e interesses diferentes, por isso, o essencial é procurar estabelecer convergências e consensos no processo político dentro e fora do colegiado.

Um dos desafios do Colegiado é elaborar estratégias que proporcionem a formação dos atores sociais, para que os mesmos possam elaborar e executar projetos; e promover maior inserção das políticas públicas nas suas comunidades. Para isto, é necessário estabelecer parcerias, principalmente com os centros acadêmicos do nosso território; (exemplos: IFbaiano, UNEB e FG).

No processo de gestão para o desenvolvimento faz se necessário, avaliar criticamente projetos, implementos, políticas e programas governamentais, visando identificar falhas para possíveis reajustes. Sendo assim, é preciso reavaliar as estratégias, as escolhas, o potencial e os problemas, sempre priorizando os atores sociais e a sua participação.

Para isso o colegiado territorial conta com as Câmaras Temática, constituídas até o momento: Juventude, Mulheres, Inclusão Produtiva, Educação do Campo e Cultura.

Ademais o território não está isolado, o que significa que na gestão do PTDRSS serão realizados *links* com o Governo da Bahia, uma vez que, a esfera do poder estadual tem papel decisivo neste processo. A partir desta lógica, o PTDRSS apresenta ações que estão sob a responsabilidade e intervenção direta da Secretaria de Desenvolvimento Rural- SDR, que tem por finalidade articular e executar políticas e ações voltadas para a reforma agrária e o desenvolvimento sustentável e solidário do território, apoiar com recursos financeiros e humanos. Assim como também a Secretaria do Planejamento – SEPLAN, que deverá apoiar atividades voltadas para a melhor organização e administração das diferentes esferas do desenvolvimento.

A Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural - BAHIATER, órgão em Regime Especial de Administração Direta, da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR, que tem por finalidade promover a execução de políticas de desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural. Em especial as que contribuam para a elevação da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos e serviços rurais, para a melhoria das condições de renda, da qualidade de vida e para a promoção social e o desenvolvimento sustentável no meio rural baiano.

Junto às demais se encontra a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, que já apresenta significativa participação na implementação e acompanhamento de ações voltadas para o desenvolvimento no território; incentivado associações e cooperativas que investem em atividades e produtos capazes de gerar emprego e renda, e estimula o desenvolvimento de diversas cadeias produtivas.

Para complementar as ações ambientais tratadas nesse plano o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA deverá contribuir na execução da Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade e na Política de Recursos Hídricos do Estado, entre outras. Facilitará na articulação com os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e com a sociedade civil organizada, a fim de dar maior agilidade e qualidade aos processos ambientais.

Nos municípios as prefeituras, câmaras municipais, secretarias e sindicatos de trabalhadores rurais terão papel fundamental, pois estão mais próximos da realidade e certamente acompanham, orientam e organizam ações que atendam as demandas voltadas para a melhoria das condições de vida e do empoderamento político social dos povos do Território.

Também são responsáveis pelo processo de gestão os consórcios, associações, cooperativas e os Conselhos Municipais, de modo especial os CMDS, como um dos principais canais de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal). Esses permitem estabelecer uma comunicação maior entre os cidadãos e as diversas realidades dos municípios e comunidades rurais.

Vale citar a necessidade de fortalecimento do cooperativismo e do associativismo, por meio de uma rede entidades que atuam e desenvolvem o trabalho de fortalecimento da política territorial. Além de outras instâncias como a COOTRAF e o CASA que também exercem importante papel neste contexto de participação social.

As ações mais específicas relacionadas à segurança, educação, saúde, pesquisa e extensão, devem contar com parcerias, a exemplo, da Secretaria de Justiça, Secretaria de Educação - SEC, Núcleo Regional de Educação -NRE 13, Universidade Estadual da Bahia - UNEB,

Instituto Federal Baiano – IFbaiano, Centro Territorial de Educação Profissional – CETEP, Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB, Diretoria Regional de Saúde – DIRES.

E também da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.-EMBASA, na organização de serviços de saneamento básico, com abastecimento de água e esgotamento sanitário distribuídos nos domicílios do território. Outro ponto importante é a distribuição de energia elétrica, principalmente a eletrificação rural, por meio da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia-COELBA.

As Escolas Famílias Agrícolas - EFAs surgem como resposta à problemática da educação no campo, uma possibilidade e alternativa viável para os camponeses. A Pedagogia da Alternância possibilita o fortalecimento do processo de ensino aprendizagem e fixação do camponês no meio rural.

As estratégias para o desenvolvimento do território Sertão Produtivo deverá contar ainda com a experiência do Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar – SETAF, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG, Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar e as entidades da rede ASA – Articulação no Semiárido (CASA, DIVINA PROVIDENCIA, CARITAS e ASFAB).

Por fim, o processo encontra-se em aberto, as expectativas são contemplar os aspectos social, econômico, ecológico e político. Isso abrange a valorização do espaço rural, aliado às medidas para preservação e melhoria do ambiente natural, alternativas de melhorias índice de desenvolvimento humana (IDH) e a expectativa de vida do povo desse território.

## REFERÊNCIAS

SERPA, A. Territórios de Identidade na Bahia: Regionalização Institucional e Políticas de Desenvolvimento Cultural e Territorial. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Territórios da Bahia: regionalização, cultura e identidade**. Salvador: EDUFBA, 2015.

Institucional "Renova Energia". (fevereiro de 2016). "Somando Energias". *Jornal Circulador (órgão oficial da empresa)* **ano VI** (nº 28): pp. 4-5. Caetité: Gráfica Grasb.

## SITES PESQUISADOS

<http://www.sei.ba.gov.br/>

<http://www.seplan.ba.gov.br/>

<http://nupetesp.blogspot.com.br/p/sertao-produtivo.html>

<http://datasus.saude.gov.br/>

<http://www.ibge.gov.br/home/>

## DOCUMENTOS

BRASIL. *Constituição Federal de 1988 de 05 de outubro de 1988*. Brasília. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em: 22 de agosto de 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). *Orientação para constituição e funcionamento dos colegiados territoriais*. Brasília: MDA/Departamento de gestão territorial, 2009.

\_\_\_\_\_. Colegiados Territoriais: guia para a organização social dos territórios. Brasília: MDA/ SDT. Documentos de Apoio, n.5, 2010. 47 p

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. *Plano plurianual 2008-2011: projeto de lei*. v. 2. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007. 540 p.

Direção-geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (2009) *Rural development in the European Union. Statistical and economic information*. Bruxelas: Publicações da União Europeia. Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/>. Acesso em 06 de out. 2016.

FAO. *Uma estratégia para o desenvolvimento rural: Desenvolvimento Territorial Participativo e Negociado (DTPN)*. Disponível em: <[http://www.fao.org/sd/dim\\_pe2/docs/pe2\\_050402d1\\_pt.pdf](http://www.fao.org/sd/dim_pe2/docs/pe2_050402d1_pt.pdf)>. Acesso em: 15 setembro de 2016.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA / Secretária de Desenvolvimento Territorial – SDT. Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Brasília – 2005.

PPA-P – Plano Plurianual Participativo.

Regimento Interno do Colegiado do Território Sertão Produtivo, que define a natureza institucional, a composição, objetivos e regulamenta o funcionamento do colegiado - 2015.

## APÊNDICES

### Quadro de Correspondência: Tema Estratégicos do PPA-P X Objetivos do PTDS

<b>Temas Estratégicos do PPA-P Estadual</b>	<b>Objetivos do PTDS (Matriz do capítulo II)</b>
I. Pobreza, inclusão socioproductiva e mundo do trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Políticas públicas para o desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar</li> <li>- Educação para qualificação profissional e inclusão socioproductiva</li> </ul>
II. Desenvolvimento rural e agricultura familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Políticas públicas para o desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar</li> <li>- Governança fundiária para o desenvolvimento rural e agricultura familiar</li> <li>- Ampliação da infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável</li> <li>- Implementação e consolidação de políticas públicas para melhoria das redes urbana e rural, e ampliação da infraestrutura habitacional</li> </ul>
III. Desenvolvimento urbano e rede de cidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gestão governamental e governança socioeconômica</li> <li>- Implementação e consolidação de políticas públicas para melhoria das redes urbana e rural, e ampliação da infraestrutura habitacional</li> </ul>
IV. Saúde e assistência social	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação da infraestrutura e serviços de saúde e assistência social</li> </ul>
V. Educação, conhecimento, cultura e esporte	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Políticas públicas para desenvolvimento da economia e da cultura</li> <li>- Educação para qualificação profissional e inclusão socioproductiva</li> <li>- Desenvolvimento e consolidação de políticas públicas de Educação, Ciência e Cidadania</li> <li>- Ampliação de políticas públicas de apoio e fomento para promoção da Cultura, Lazer e Esporte</li> <li>- Gestão governamental e governança</li> </ul>

	socioeconômica  - Implantação e ampliação dos espaços, equipamentos e serviços de Cultura, Esporte e Lazer
VI. Segurança pública cidadã	- Ampliação dos equipamentos e serviços de segurança pública e acesso à justiça
VII. Consolidação e diversificação da matriz produtiva estadual	- Consolidação e diversificação da matriz produtiva visando a inserção competitiva, integração cooperada e inclusão socioprodutiva
VIII. Infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável	- Ampliação da infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável
IX. Inserção competitiva e integração cooperativa e econômica nacional e	- Consolidação e diversificação da matriz produtiva visando a inserção competitiva, integração cooperada e

### Quadro organizacional das Câmaras Temáticas

<b>CÂMARA TEMÁTICA DE MULHERES</b>	
<b>NOME</b>	<b>VÍNCULO</b>
Alzira Stela Boa Sorte	CODESP/ NRS/BOS-Guanambi
Felizarda Viana Bebé	Professora e coordenadora do NUPETESP (IF)
Josemira Fernandes Pereira	Secretaria de Mulheres do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (polo Guanambi)
Maria Mendes dos Santos	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)
Miléia Santos Almeida	Levante Popular da Juventude
Sônia Maria Alves de Oliveira	Professora e Pesquisadora do tema (UNEB)
<b>CÂMARA TEMÁTICA DE JUVENTUDE</b>	
<b>NOME</b>	<b>VÍNCULO</b>
Dorimar de Souza Veiga	CODESP/AGESCAN
Fabiano Paixão de Souza	Levante Popular da Juventude
Leidjane Fernandes Baleeiro	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras

	Rurais de Urandi
Rita de Cássia Araujo Barbosa	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Caetité
Vanessa Dias de Lima	Estudante (UNEB) e do Levante Popular da Juventude
Fausta Porto	
<b>CÂMARA TEMÁTICA DE INCLUSÃO PRODUTIVA</b>	
<b>NOME</b>	<b>VÍNCULO</b>
Alexsandro dos Santos Brito	Professor do IF
Cleomilton de Carvalho Brito	COTRAF
Luiz Pereira Alves	STTRs - Guanambi /CODESP
Priscila Alves Lima	NUPETESP
Verônica dos Santos Brito	Sec. de Agricultura e Meio Ambiente de Ibiassucê
Warlei Oliveira de Souza	Cesol
<b>CÂMARA TEMÁTICA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS</b>	
<b>NOME</b>	<b>VÍNCULO</b>
Antônio Wilson Lélis Costa	CODESP/CODEVASF
Cleidiane Moreira Barreto	Levante Popular da Juventude
Ednalva Ferreira de Souza Costa	Membro de comunidade quilombola
Geraldo Rodrigues da Silva	Presidente da Associação Quilombola de Caetité
Nelci Conceição dos Santos	Associação do Mandacaru -PMA
Dinalva Macedo	
<b>CÂMARA TEMÁTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO</b>	
<b>NOME</b>	<b>VÍNCULO</b>
Domingos Rodrigues da Trindade	UNEB
Donizete Moreira Soares	CODESP/CASA
Eugênia da Silva Pereira	UNEB
Gilmar Vieira Freitas	Instituto Federal da Bahia - Campus Brumado
Priscila Teixeira da Silva	NUPETESP
Roberto Carlos Fialho de Carvalho	Estudante/UNEB
<b>CÂMARA TEMÁTICA DE CULTURA</b>	



NOME	VÍNCULO
Jardiel Alarcon Silva Santos	Secult/BA

21 de outubro de 2016

**LISTA DE PRESEÇA**

Nº	NOME	CPF	E-MAIL	TEL	ASSINATURA
14	Itamar Pereira	2851338053	itamarpereira@conba.gov.br	7799596761	Pereira
15	Jardiel Alarcon	89019105515	jardiel_santos@cultura.gov.br	7799119391	Jardiel
16	Denison S. Vilela	014119255-05	denisonvilela@gmail.com	951123492	
17	Wandacyl S. Silva	385365875-04	wandacyl_silva@mau.com.br	9118885589	
18	Louís Pereira ALB	963.511.45-15	Stigkio@hotmail.com	99918-6897	
19	Joaque Alarcon	230260815-15	alarcon.joaqui@conba.gov.br	931505044	
20	Belmira Fernandes Lima	05.240.145-49	belmirafernandes@hotmail.com	(77) 99811.9024	
21	Domstê Vencio	0685.998.54-34	stthens@fahce.com.br	(77) 91982867	
22	Anderson P. Aguiar Silva	75.552.255-91	PUBL1004@HOTMAIL.COM	(77) 999710603	
23	Patricia Fernandes Pereira	(77) 991991872 024.570.845-63	PATY_CTE@HOTMAIL.COM	(77) 931-991872	
24	Arifles Braz de Brito	160.870.205-78	ariflesbraz@hotmail.com	(77) 991353608	
25	Antônio Nunes Santana	861.186.925-72	tonx_gbs@hotmail.com	(77) 999624300	
26	Jose Antonio da Silva	951876268-69		77.999066912	

**NUPETESP** fortalecendo o semiárido

**LISTA DE PRESENÇA**

Reunião: 2ª Oficina do Plano de Desenvolvimento Territorial sustentável e solidário

Local: STTR - Guanambi

Data: 21/10/2016 Horário de início: 9:00 Horário de término: \_\_\_\_\_

Nº	NOME	CIDADE	VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL	TELEFONE	EMAIL
1	Priscila Alves Lima	Guanambi	NEDET	77-999722917	priscila@hotmai.com
2	JOSE DA ROCHA COQUEIRO	GUANAMBI	CASA	77-999456107	JR.coqueiro@yahoo.com.br
3	Suzene Ladeira da Silva	Cristina	CASA	77-999631071	suzene.sta@outlook.com
4	Renner Romero	Guanambi	SEBRAE	77-99961-2021	renner.romero@hotmai.com
5	Juliana F. de S. Franha Martins	Guanambi	NEDET	77-999779052	loli-lua@hotmail.com
6	Priscila Gouveia da Silva	Guanambi	NEDET	77-99904-9905	priscila4@hotmail.com
7	Domingos Rodrigues da Soudade	Guanambi	UNEB	77-991241871	rodrixe@hotmail.com
8	Joazeiro Brito da Silva	Prumado	BRS Prumado	77-99922-8471	joze-brumado@hotmail.com.br
9	Explicação de S. S.	BRUNDO	FILARHÓLIS	77-99972-7277	EVILIZACAOASCIMENTO@yahoo.com.br
10	Coome Nascimento Pereira	Guanambi	FETAG-BA	77-999615931	CoomePdaB@hotmail.com
11	Juliana F. de S. Franha Martins	Urandi	STTR	77-99119-5264	anailuz.ara@hotmail.com
12	João José Guimarães	Rio de Janeiro	Juridato	988543152	joaojguimaraes@hotmail.com
13	Juliana F. de S. Franha Martins	Suuu	STTR	991846566	loli-lua@hotmail.com
14	João Valério	Rio de Janeiro	CRESCOL	77-988376003	JOAEL.ALVES@CRESCOLCENTRAL.COM.BR
15	João Valério	Condado	AGESCAN	77-381123492	joaovalerio@outlook.com
16	João Valério	Guanambi	Seplan/ADT	77-91191773	joaovalerio82@gmail.com
17	João Valério	Guanambi	PRISMA	77-988770906	joaovalerio82@gmail.com

**NEDET** **CET** **THE WORLD BANK** **BAHIA PRODUTIVA** **CAR** **BAHIA**

Território de Identidade Sertão Produtivo

2ª Oficina de Elaboração/Requalificação do PTDS

Guanambi, 21 de outubro de 2016

**LISTA DE PRESENÇA**

Nº	NOME	CPF	E-MAIL	TEL	ASSINATURA
01	Juliana F. de S. Franha Martins	03538893554	joaojguimaraes@hotmail.com	991846566	Juliana F. de S. Franha Martins
2	João José Guimarães	9307793854		988543152	João José Guimarães
3	Renner Romero	331563.765-55	renner.romero@hotmail.com	99961-2021	Renner Romero
4	Juliana F. de S. Franha Martins	14447819520	loli-lua@hotmail.com	77-999779052	Juliana F. de S. Franha Martins
5	Coome Nascimento Pereira	348461415-04	CoomePdaB@hotmail.com	77-999615931	Coome Nascimento Pereira
6	Juliana F. de S. Franha Martins	0314480559	JOAEL.ALVES@OUTLOOK.COM	77-988770906	Juliana F. de S. Franha Martins
7	Joazeiro Brito da Silva	20776200515	joze-brumado@hotmail.com	77-99922-8471	Joazeiro Brito da Silva
8	Explicação de S. S.	37247468572	EVILIZACAOASCIMENTO@yahoo.com.br	77-99972-7277	Explicação de S. S.
9	João Valério	041360.975-91	JOAEL.ALVES@CRESCOLCENTRAL.COM.BR	77-988376003	João Valério
10	Juliana F. de S. Franha Martins	026.911.835-39	anailuz.ara@hotmail.com	77-99119-5264	Juliana F. de S. Franha Martins
11	Alcin Sola Bor Sola	29209149082	SoloborSola@gmail.com	77-99119-5264	Alcin Sola Bor Sola
12	João Valério	380.660.985-68	rodrixe@hotmail.com	77-391248875	João Valério



